



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UnICEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

STEFANIE MARTINS DE SOUZA

**CONCURSOS EM REVISTA: ANÁLISE DE CONCURSOS SOB A ÓTICA DA REVISTA
ARQUITETURA E ENGENHARIA (BELO HORIZONTE, 1949-1965)**

BRASÍLIA

2018



STEFANIE MARTINS DE SOUZA

**CONCURSOS EM REVISTA: ANÁLISE DE CONCURSOS SOB A ÓTICA DA REVISTA
ARQUITETURA E ENGENHARIA (BELO HORIZONTE, 1949-1965)**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica
apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e
Pesquisa.

Orientação: Fabiano Sobreira

BRASÍLIA

2018

CONCURSOS EM REVISTA: ANÁLISE DE CONCURSOS SOB A ÓTICA DA REVISTA ARQUITETURA E ENGENHARIA (BELO HORIZONTE, 1949-1965)

Stefanie Martins de Souza – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
stefanie_martins@hotmail.com (stefanie.martins@sempreceub.com)

Fabiano Sobreira – UniCEUB, professor orientador
fabiano.sobreira@@ceub.edu.br

O objetivo da pesquisa foi a análise de concursos de projeto sob a ótica da revista *Arquitetura e Engenharia* (Belo Horizonte, 1949-1965), um dos principais periódicos de difusão da arquitetura moderna no Brasil no período. A pesquisa partiu de duas premissas complementares: dos concursos como expressões do pensamento arquitetônico em determinado espaço e tempo, independente da materialização das obras; das revistas como meios de difusão das ideias de vanguarda e "pré-canônicas". A partir da catalogação do conteúdo publicado na revista no período, destacam-se os seguintes registros, de maior relevância, relacionados ao tema "concursos": Normas Básicas para Concursos de Arquitetura (n.21, mai. 1952); Sede do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (n.22, jun./ago. 1952), Escola de Guerra Naval (n.23, set./out. 1952), Sede do DER em São Paulo (n.25, mar./abr. 1953), Plano Piloto da Nova Capital (n. 44, abr. 1957) e Assembleia Legislativa de Minas Gerais (n. 67, 1964). Conclui-se que apesar de pouco frequentes e eventualmente controversos, os concursos foram importantes para os debates sobre a arquitetura e a afirmação profissional no período, sendo a revista *Arquitetura e Engenharia* um importante veículo de difusão. Como estudo de caso específico, foi analisado o concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, resultado de longo processo que envolveu dois concursos de arquitetura e importantes debates no meio profissional. O projeto vencedor é de autoria dos então jovens arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman. O edifício foi inaugurado em 1972 e em 2009 foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Uma análise mais detalhada do concurso e do projeto resultante foi registrada em artigo, publicado nos anais do V ENANPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2018).

Palavras-Chave: Concursos. Revistas. Arquitetura. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
3	METODOLOGIA.....	7
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	9
4.1	A REVISTA.....	9
4.2	PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES SOBRE O CONCURSO.....	12
4.3	O CONCURSO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.....	13
4.4	PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO DO CONCURSO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
	REFERÊNCIAS	23
	APÊNDICE A - ARTIGO PUBLICADO NOS ANAIS DO V ENANPARQ.....	25

1 INTRODUÇÃO

A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1930, foi a primeira escola autônoma da América do Sul, independente das escolas Politécnicas ou de Belas Artes. O Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) foi criado em 1943, mesmo ano em que foi fundado o IAB-SP. A revista *Arquitetura e Engenharia*, braço editorial do IAB-MG, foi lançada em 1949 e seguiu até 1965. Outras duas importantes revistas de Arquitetura, ambas de São Paulo, também eram espaços de difusão e embates do campo profissional: *Acrópole* (1938-1971) e *Habitat* (1950-1965). Os vínculos entre a profissão, o ensino e o meio editorial eram estreitos (e eventualmente conflitantes) e tinham em comum a difusão da arquitetura moderna e a promoção dos concursos como instrumentos de construção do capital simbólico (BOURDIEU, 1994) e afirmação do campo profissional.

O objetivo da pesquisa envolve a análise dos concursos de projeto sob a perspectiva da revista *Arquitetura e Engenharia*, importante revista que publicou matérias relacionadas a concursos e entre elas, a matéria para o Concurso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ocasionou em dois concursos que envolveram importantes debates.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica de referência para esta pesquisa foi baseada nos seguintes tópicos:

(1) Concursos enquanto Arquitetura Potencial

(2) Revistas como instrumentos de difusão da cultura arquitetônica

(1) Concursos enquanto Arquitetura Potencial

Os concursos são historicamente apresentados como instrumentos preferenciais para a promoção da qualidade na arquitetura, por priorizarem o julgamento do projeto acima de outros critérios - como experiência, reconhecimento público ou valor da prestação do serviço (SOBREIRA, 2010; 2013; 2014). Além disso, também está associado à necessidade de afirmação da profissão e de ideias de determinado grupo, em determinado recorte de tempo e espaço (CHUPIN et al, 2015). Trata-se, por princípio, de uma confrontação de ideias, baseada em julgamento qualitativo, em uma arena pública e democrática. Porém, as qualidades que permitem destacar o concurso de Arquitetura como instrumento preferencial ou obrigatório em diversos países e épocas não o isentam das tensões e conflitos de interesse inerentes à própria disciplina. As controvérsias em torno do julgamento qualitativo dos projetos são tão antigas quanto a própria existência do verbete “concursos” nas enciclopédias de Arquitetura (QUINCY, 1801).

(2) Revistas como instrumentos de difusão da cultura arquitetônica

As revistas de arquitetura são consideradas como importantes registros para a historiografia da disciplina e da profissão, por traduzirem visões particulares e quase imediatas dos acontecimentos e opiniões em determinado espaço e tempo. As revistas de Arquitetura, segundo TINEM (2010):

“São documentos de época, anteriores à eleição de obras paradigmáticas, ainda não condicionados por uma trama hegemônica e marcados pelas questões específicas nas quais estavam envolvidos os articulistas ou investigadores que ocupavam diferentes territórios geográficos, políticos e culturais. Por isso, oferecem um material

rico em informações e alguma reflexão, que embora não muito profunda, apresentava o frescor das observações sem julgamentos prévios”. (p. 4).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi dividida em três procedimentos complementares: a leitura de referências teóricas e metodológicas, a catalogação e análise das revistas, por fim, a seleção e análise de estudo de caso. Esses procedimentos foram desenvolvidos em etapas sequenciais (alguns momentos simultâneos) e foram desenvolvidos ao longo dos doze meses de pesquisa.

A primeira etapa foi a leitura de referências teóricas e metodológicas sobre o concurso como instrumento de reflexão, sobre as revistas de arquitetura como fontes de pesquisa e sobre a Arquitetura Moderna e sua linguagem. Essa etapa permitiu um melhor entendimento sobre a pesquisa que seria feita.

A segunda fase abordou a catalogação dos periódicos da Revista Arquitetura e Engenharia, onde foi identificado as principais publicações sobre o tema relacionado aos concursos. Como procedimento metodológico, foi analisado os sumários de cada edição das revistas e foi feita a leitura dos títulos dos conteúdos, a fim de identificar a presença do tema “concursos de arquitetura” em cada veículo, seja por meio de textos, editoriais ou publicação de projetos. A partir dos sumários foram selecionados os estudos de caso. Essa etapa também abordou a análise da revista através de leituras e da criação de textos para compreensão das matérias publicadas.

A terceira etapa incluiu a seleção e análise de estudos de caso que se refere à leitura crítica do material catalogado, a fim de extrair reflexões relativas ao objetivo principal desta pesquisa: a presença (ou ausência) do tema “concursos” nas revistas analisadas e seu papel na difusão do Movimento Moderno.

A quarta e última etapa da pesquisa se refere à consolidação das reflexões resultantes e elaboração dos documentos finais da pesquisa: Artigo e Relatório. O artigo resultante foi publicado nos anais do V ENANPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2018) e encontra-se como apêndice deste arquivo.

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com o seguinte cronograma:

Atividade	Período
1. Leituras das Referências	Agosto a Outubro/2017
2. Catalogação e Análise das Revistas	Novembro/2017 a Janeiro/2018
3. Seleção e Análise dos Estudos de Caso	Fevereiro a Abril/2018
4. Relatórios e Artigo	Mai a Julho/2018

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A REVISTA

A revista mineira tinha o intuito de ser impressa bimestralmente quando foi lançada, ela pode ser considerada uma das propagadoras da arquitetura moderna no país divulgando trabalhos renomados de arquitetos mineiros, paulistas e cariocas (MASINI, 2015). Através de desenhos, croquis e fotografias eram expostos os projetos de arquitetura, urbanismo e interiores. Além disso, a revista era composta por textos críticos e técnicos, como os artigos de engenharia presentes em diversos números sobre eletrotécnica e instalações domiciliares. É importante ressaltar a presença das matérias informativas e anúncios presentes nos periódicos, por vezes também se encontra com uma certa frequência sobre notícias e atualidades.

“[...] A revista tinha o apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de Minas Gerais (IAB-MG) e tinha uma tiragem inicial restrita a Belo Horizonte” (MASINI, 2015, p. 53). Porém, a partir de setembro/outubro de 1947 (n. 05), implementou-se a sucursal do Rio de Janeiro, naquela época Distrito Federal, e em 1950, expandiu-se para São Paulo. Apesar disso, a edição e a publicação mantiveram-se na cidade de Belo Horizonte. (MASINI, 2015)

A revista *Arquitetura e Engenharia* teve duas fases, a sua primeira edição foi lançada em maio/junho de 1946 a 1965, posteriormente, em sua nova edição, foram publicadas revistas de 1988 a 1994. (MASINI, 2015)

A equipe que fundou a revista teve como diretor responsável, Geraldo Godoy Castro, que permaneceu em todas as edições da revista, inclusive em sua segunda fase, e o conselho diretor composto por: Raphael Hardy Filho, formado pela Escola de Arquitetura de Belo Horizonte (EA-BH) em 1937; Raffaello Berti, professor da mesma escola e orientador do projeto final de Eduardo Guimarães, citado anteriormente; Eduardo Mendes Guimarães Junior, formado pela EA-BH em 1945; Luiz Pinto Coelho, formado pela primeira turma da EA-BH em 1936; Shakespeare Gomes, formado pela EA-BH em 1937; e Tarcisio Silva, formado pela EA-BH em 1938. (MASINI, 2015, p. 49)

“[...] O engenheiro-arquiteto Sylvio de Vasconcellos, formado pela EA-BH em 1944, integrou o Conselho Diretor desenvolvendo diversos textos técnicos, críticos e teóricos” (MASINI, 2015, p.50). Contudo, essa equipe se manteve com o passar do tempo e foi ampliada ao longo das publicações. Em 1950, na revista de número 12, houve um incremento na equipe técnica com

a participação dos professores: J. Carvalho Lopes, LiconIn Continentino, Moacyr Duval Andrade, Alberto Mazoni Andrade.

Vale ressaltar a importância do diretor técnico da revista mineira, Eduardo Mendes Guimarães Junior, arquiteto mineiro, professor, editorialista e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de Minas Gerais (IAB-MG). “[...] Guimarães demarcou sua presença na história da arquitetura mineira, através de uma discussão teórica presente em diversos textos publicados e na produção arquitetônica de importantes edifícios construídos na cidade de Belo Horizonte”. (MASINI, 2015, p.14)

Para Masini (2015), Eduardo publicou diversos editoriais na Revista Arquitetura e Engenharia, algumas matérias foram publicadas antes da sua posse do IAB e muitas outras matérias foram publicadas após a sua posse, até 1959 (n.54). Durante um ano, foi integrante do conselho técnico participando de sete números (n. 01 a 07), também foi integrante do conselho diretor durante sete anos (n. 12 a 43). Além disso, a partir de 1953 foi diretor técnico até 1959 (n. 26 a 54) e foi editorialista de 1952 até 1959 (n. 20 a 54). Eduardo destacou-se na revista ao longo dos anos de contribuição, expressou-se rigorosamente diante das questões polêmicas da época, discutiu em seus textos a implantação e projeto do Campus Universitário da UFMG, a importância dos concursos públicos, a valorização do ensino de arquitetura, a preocupação com a produção projetual do arquiteto moderno, entre outros.

Entre 1947 a 1950, quando houve a expansão da Revista com novas sedes no Rio de Janeiro e em São Paulo, a revista passou a contar também com essas duas equipes técnicas. O conselho técnico do Rio de Janeiro era composto pelos arquitetos, Affonso Eduardo Reidy, Álvaro Vital Brazil, Maurício Roberto, Geraldo Raposo da Câmara e Samuel Albano de Aratanha; já o conselho técnico de São Paulo contava com os arquitetos Rino Levi, Plínio Crocche, Eduardo Kneese de Mello, Abelardo de Souza e o engenheiro Osvan Nogueira. (MASINI, 2015)

A equipe que formava o conselho técnico do Rio de Janeiro era composta por arquitetos que cursaram na Escola Nacional de Belas Artes (RJ).

[...] a respeito dos arquitetos modernos Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) e Álvaro Vital Brazil (1909-1997). Ambos cursaram arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, na mesma época (Reidy no período 1926-1930 e Brazil no

período 1929-1933, sendo que este último também cursou paralelamente engenharia civil na Escola Politécnica). Receberam, portanto, influências socioeconômico-políticas, além daquelas referentes aos princípios da arquitetura moderna, discussões estas efervescentes na Europa (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM) e no país (Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB), muito próximas e semelhantes. (ORNSTEIN, 2002, p. 1)

Maurício Roberto estudou na Escola de Belas Artes quando as ideias modernas já eram alvo de discussões abertas entre os alunos, durante o período 1936 a 1940, logo após a reforma (BATISTA, 2007). Samuel Albano de Aratanha, arquiteto e professor, foi diplomado pela Escola Nacional de Belas-Artes em 1943 no Rio de Janeiro. (CATÁLOGO DAS ARTES, 2007)

Enquanto a equipe técnica de São Paulo, pode-se observar que a equipe integrava arquitetos e engenheiros formados em diferentes locais, até mesmo fora do Brasil.

Em 1921, Rino Levi entrou na Escola Preparatória e de Aplicação para Arquitetos Civis em Milão, porém, em 1924, insatisfeito com o curso, transferiu-se para a Escola Superior de Arquitetura de Roma. Ainda em Roma, Levi enviou ao jornal O Estado de São Paulo uma carta que é considerada uma das primeiras manifestações da arquitetura moderna no país. (SERAPIÃO, 2001)

Plínio Croce e Eduardo Kneese de Mello, engenheiros-arquitetos que foram formados pela Faculdade de Engenharia Mackenzie em São Paulo, em 1946 e 1931, respectivamente; já Abelardo de Souza, foi formado pelo ENBA em 1932 no Rio de Janeiro. (ABASCAL; PIMENTA, 2009)

4.2 PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES SOBRE CONCURSO

Analisando os números da revista Arquitetura e Engenharia, entre 1949 a 1965, a revista teve cerca de treze publicações as quais abordaram sobre concursos com temas e formatos de apresentação diferenciados.

De acordo com a revista Arquitetura e Engenharia (1951), a edição de número dezenove apresentou duas matérias relacionadas com concursos em 1951, a respeito do Centro Técnico da Aeronáutica em São José dos Campos (SP) e um pequeno anúncio para a Sede do Banco do

Comércio e Indústria de Minas Gerais. Helio de Oliveira escreveu um texto sobre a situação da aeronáutica do Brasil naquele período em conjunto a uma breve apresentação do projeto ganho por Oscar Niemeyer para o Centro Técnico da Aeronáutica em São José dos Campos.

É possível observar no ano de 1952 seis publicações sobre o tema concursos, considerado o maior número de publicações se comparado a outros anos do período analisado. Na edição de janeiro/fevereiro, Eduardo Mendes Guimarães Junior escreveu um editorial sobre Concurso Público de Anteprojetos e foi apresentado o projeto de Rino Levi para a Maternidade Universitária de São Paulo. Dois meses depois, na edição de maio, Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar escreveram um texto sobre as Normas Básicas para Concursos de Arquitetura. Ainda em 1952, foi publicado um texto com a apresentação do projeto sobre o concurso para a Sede do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais aos quais os ganhadores em primeiro lugar foram Raul de Lagos Cirne e Luciano Alfredo Santiago; e nessa mesma edição de junho/agosto, foi exposto o projeto de Adhemar Marinho da Cunha e Geraldo Prado Guimarães, sob o pseudônimo de Gemak ganharam em primeiro lugar o projeto para a Sede do DER em São Paulo. Já na edição de setembro/outubro de 1952, publicaram um debate público com uma coletânea de manifestações reunidas pelo IAB-MG contra as bases do concurso para a Escola de Guerra Naval.

Após um ano, em 1953, a revista publicou apenas uma matéria relacionada a concursos, neste momento sobre o projeto premiado para a Sede do DER (Departamento de Estrada de Rodagem) realizado pelos arquitetos Hélio Queiroz e Carvalho Manje.

A matéria publicada na revista para a Sede do Senado Federal (Rio de Janeiro) em 1956, relata que Sérgio Bernardes e Rolf Werner Huther foram os arquitetos responsáveis que ganharam o concurso em primeiro lugar. Dois anos depois, em 1958, a revista publicou o projeto para o Hospital Santa Mônica em Belo Horizonte, realizado pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti.

Em 1961, a revista Arquitetura e Engenharia teve uma edição especial que acoplou três números (61-63), nessa edição teve a publicação do projeto para o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), concurso ganho pelo arquiteto A. P. de Souza e Silva.

No número 67, em 1964, a revista publicou o projeto para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte que se destaca devido a todo contexto da época. Os vencedores do 2º concurso realizado para a Assembleia foram os arquitetos Richard Kohn e Pawel Liberman, eles conseguiram aliar uma boa solução estética a funcionalidade. Além disso, nessa mesma matéria, foi publicada uma nota sobre o concurso pela Comissão Julgadora composta por João Vilanova Artigas, Francisco Bolonha e Mauro Gomes Baptista.

4.3 O CONCURSO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Em 1961, no período do governo Magalhães Pinto, a aquisição do terreno pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais levou a decisão de construir uma nova sede para o Legislativo Estadual, quando foi então publicado o edital para o primeiro concurso ao qual era uma disputa de âmbito nacional, mas sem vencedor, entre os quinze anteprojetos inscritos. Dois anos depois, em 1963, foi publicado um novo edital que teve 29 concorrentes, ao qual, desta vez sendo selecionado o trabalho de uma equipe de arquitetos de São Paulo, comandada por Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman. O IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) intermediou o segundo concurso, em que foi encarregado de formar o júri entre os profissionais mais renomados da área. (ALBERGARIA, 2012)

Do escritório de arquitetos que pensou o Palácio da Inconfidência não se conhece a existência de outras obras da mesma importância, e torna-se premente que Liberman e Kohn sejam devidamente recuperados e compreendidos, não apenas como arquitetos, mas como agentes de nossa história cultural. Richard Kohn, nascido em 1927, iniciou seu curso de Arquitetura em Minas Gerais em 1947, mas diplomou-se em 1951 na Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Pawel Martyn Liberman, nascido em 1930, diplomou-se em 1954 no Georgia Institute of Technology, nos Estados Unidos. Entre 1952 e 1963 projetaram diversos edifícios residenciais, comerciais e industriais, além de clubes esportivos e planos urbanísticos, na cidade de São Paulo. Havia obtido menção honrosa nos concursos para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e para o Clube 15, em Santos. (ALBERGARIA, 2012, p. 29)

Segundo a visão do autor da revista, as atividades do Legislativo Estadual não podiam se submeter por mais tempo às péssimas condições de onde vinha funcionando a sede, tais como as deficiências das instalações e aos fracos recursos de adaptação do prédio.

Após acurados estudos preliminares, a Comissão Executiva, orientada pelo ilustre Presidente Walthon de Andrade Goulart, que vem desenvolvendo esforços objetivos no sentido da solução do problema, instituiu um Concurso de Ante-Projetos para a sede definitiva da Assembleia. Uma comissão constituída dos mais eminentes arquitetos do Brasil declarou vencedor do concurso, por unanimidade, o ante-projeto de autoria dos arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman, cujo trabalho alia uma feliz solução estética à funcionalidade exigida naturalmente em obra de tamanha significação para a vida política e democrática de Minas. A fim de supervisionar a execução dos trabalhos, foi nomeada uma comissão composta de deputados e funcionários que, atenta à inflexível determinação do Presidente Walthon Goulart de dar o Poder Legislativo de nosso Estado uma sede digna das tradições políticas mineiras, já promoveu, com a análise do solo e sub-solo, a abertura de concorrência para os serviços de terraplanagem. Com essas providências, tudo faz crer que, dentro em breve, estará inteiramente concluído o <<Palácio da Inconfidência>> nos arredores da Igreja de Fátima, no bairro de Santo Agostinho, em Belo Horizonte. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p.1)

João Batista Vilanova Artigas, Francisco Bolonha e Mauro Gomes Baptista eram os arquitetos que formaram a comissão julgadora do concurso, eles declararam ter escolhido o projeto vencedor por ser um prédio que abrigava condignamente a função legislativa do Estado, além de ser uma expressão de unidade com estrutura simples e franca, e ao mesmo tempo possui um resultado plástico com ausência de elementos alheios a própria expressão construtiva e funcional o que caracteriza uma solução legítima e vigorosa. Foi concedido o prêmio à equipe formada por Laércio Macedo Gontijo, Marcos V. F. Soares e Homero Costa o segundo lugar, enquanto o terceiro, a Jorge Wilhelm, Miguel Juliano da Silva e Paulo Zimbres. (ALBERGARIA, 2012)

A Comissão Julgadora do 2º Concurso de Ante-projetos para o Palácio da Inconfidência, ao encerrar os seus trabalhos quer expressar a sua satisfação pelo êxito obtido pelo Concurso. Ao primeiro exame dos 29 trabalhos concorrentes, pôde sentir a Comissão o alto padrão dos projetos apresentados. A preocupação que norteou os trabalhos foi a escolha de um prédio que pudesse abrigar condignamente a função legislativa do Estado, que tão altas tradições tem no panorama político e cultural nacional. Assim, depois de exames acurados, encontrou a Comissão no trabalho vencedor uma expressão de unidade na estrutura simples e franca e na disposição dos vários órgãos, um resultado plástico com ausência de elementos

alheios à própria expressa construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa. Este trabalho é o n° 7 (Sete). Atendendo o Edital a Comissão classificou, ainda, os trabalhos de n° 26 (vinte e seis) e 5° (cinco) em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Belo Horizonte, 15 de agosto de 1963. João Vilanova Artigas, Francisco Bolonha, Mauro Gomes Baptista. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p.5)

João Batista Vilanova Artigas, formado pela Escola Politécnica da USP em 1937 e fundador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1948, era o nome mais forte e reconhecido que participou como júri na Comissão Julgadora do concurso, o que nos leva a considerar como a voz principal de decisão no julgamento. Mais tarde, como militante dos movimentos populares no Brasil, acabou sendo perseguido pela ditadura militar e foi expulso da Universidade em 1969. (PORTELA, 2015)

Primeiro Lugar no Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Os arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman, vencedores do prêmio em primeiro lugar do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, propuseram um prédio grandioso e moderno para a edificação. O memorial descreve inicialmente seus principais ideais conceituais, para então explicar as soluções adotadas do projeto como: considerações urbanísticas, considerações formais, considerações funcionais, acessos, circulação e estrutura. Até mesmo dados gerais como: ar condicionado, materiais e áreas por metro quadrado foram dados no memorial.

A princípio, foram expostas as ideias conceituais para o projeto, onde o Palácio da Inconfidência deveria ser o local onde se elaboram as leis, com caráter próprio ao qual deveria se destacar pela dignidade e simplicidade; e não um edifício excessivamente pomposo que queira se impor pela altura prevendo que prédios mais altos poderiam surgir na vizinhança. Ao mesmo tempo, deveria ser um prédio que enfatizasse o plenário expressando as tradições democráticas de Minas Gerais e que fosse um prédio destinado a perdurar por muito tempo, por isso, necessitaria evitar modismos, mas também deveria “[...] traduzir claramente as condições construtivas da época atual”. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p. 2)

Partindo desses conceitos iniciais citados acima, foi levado em consideração as questões urbanísticas de Belo Horizonte, onde a cidade submete-se a um traçado ortogonal diametral com pontos focais claramente definidos. Para isso, o terreno onde seria construída a Assembleia refletia essas características e para os arquitetos pareceu que para enquadrar convenientemente na paisagem urbana “[...] o prédio deveria ter formato regular, coincidindo o seu eixo principal com o da praça fronteiriça”. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p. 2)

Quanto às considerações formais, o plenário era o principal elemento central do projeto, onde a edificação resultaria numa plástica do próprio plenário, sendo geometricamente simples. Já quanto a funcionalidade, a ideia de ser um edifício simétrico nasceu a partir do plenário no meio, com quatro conjuntos de circulações verticais (político, administrativo, técnico e deputados) nos quatro cantos, de forma que “[...] Em volta do elemento central, localizamos grandes ambientes públicos, que constituem um espaço aberto, envolvente, permitindo ao plenário, destacar-se visualmente sob todos os ângulos, e servir de ponto focal à praça cívica”. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p. 2) Como a Assembleia foi desenhada tomando como ponto de partida o plenário, ou seja, de dentro para fora, as outras funções foram adequadas de acordo com as necessidades do programa.

O acesso principal para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais é feito pela entrada do grande hall, do lado a Praça Carlos Chagas e onde também foi situado a praça cívica para bandeiras e desfiles. O grande hall, como forma convidativa para povo, foi propositalmente deixado todo aberto para integrar à praça, enquanto o acesso administrativo estava localizado próximo a Rua Rodrigues Caldas. Na rua Dias Adorno, o declive do terreno foi aproveitado para fixar a entrada privativa dos deputados no primeiro subsolo e na rua Martim de Carvalho, para fixar a entrada de serviços no segundo subsolo (Figura 1).

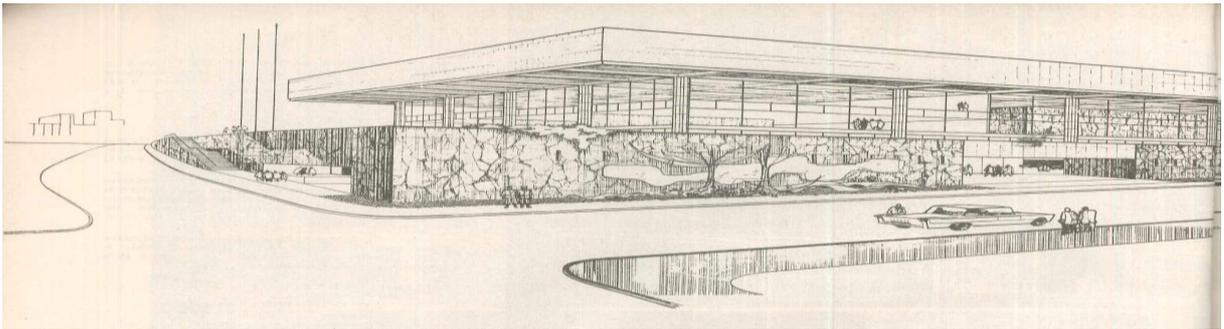


Figura 1: Perspectiva do Palácio da Inconfidência mostrando os acessos para os subsolos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação a circulação horizontal da edificação, a solução de poucos andares definiu a forma do edifício por três motivos principais, mas as circulações verticais necessárias foram colocadas em torno do plenário central ao qual permitia uma excelente separação dos quatro fluxos de circulação (administrativa, técnica, política e privativa dos deputados).

Optamos pela solução horizontal, ou melhor dizendo, a solução de poucos andares, pelos seguintes motivos: a. embora possa parecer que o elevador constitui o meio de junção mais rápido entre duas funções, por afastadas que sejam, na prática observa-se uma sensível demora ocasionada pela espera após a chamada, o tempo de percurso, e as caminhas horizontais inevitáveis. b. o programa estipula um número reduzido de funções (anexos ao plenário, halls, salas de partidos, escritórios, etc.) todas bastante extensas em área. Pareceu-nos lógico localizar cada uma destas funções num determinado andar, criando unidades orgânicas e auto-suficientes. c. devido aos poucos andares resultantes, grande parte dos deslocamentos verticais podem ser feitos através de escadas. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p.3)

O memorial apresenta uma descrição do prédio em relação a cada pavimento e as áreas que são encontradas em cada um. Como já previamente apresentado, no segundo subsolo do prédio, localizam-se os vestiários, a garagem, oficinas e a entrada de serviço (no nível da Rua Martim de Carvalho); enquanto no primeiro subsolo, localizam-se o estacionamento privativo coberto para 150 automóveis, o apartamento do zelador e o corpo da guarda. Existe um andar semienterrado, mas ainda assim iluminado, que é isolado do público por um grande espelho d'água, onde localiza-se o plenário com a sala de estar dos deputados e além disso, possui todos os seus anexos, comissões, serviços legislativos, taquigrafia, hall das comissões, hall técnico, etc.

No pavimento térreo, onde localiza-se o grande hall todo aberto para a praça cívica que abriga o grande público, pode ser fechado a noite por uma grande corrediça embutida no teto; também se encontra neste pavimento o hall dos deputados: o gabinete dos membros da comissão executiva, onde o salão nobre abre diretamente para o hall administrativo e o grande hall. O mezanino é composto pela função política e pela função administrativa, ou seja, pelos gabinetes dos líderes e aos ambientes como a tesouraria, a contabilidade; além disso, encontra-se neste andar os halls das galerias populares e as próprias galerias populares.

O primeiro pavimento é formado pela função política, encontra-se as salas dos partidos, o restaurante dos deputados, os serviços burocráticos das funções técnicas e administrativas, os refeitórios dos funcionários e do pessoal, e nesse mesmo pavimento “[...] o andar é provido de iluminação e ventilação zenital, com grelhas reguláveis, sistema ideal para calma e concentração. Um pátio central ajardinado destina-se ao lazer e ao descanso, em contraste com os demais ambientes” (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p.3).

A estrutura do prédio foi baseada em uma grelha com módulos de doze metros e vigas espaçadas em seis metros, de forma que as vigas e nervuras foram previstas para permitirem a passagem de dutos de ar condicionado. A face interior das lajes foi deixada em concreto aparente para ser uma estrutura visível de todos os ambientes da Assembleia.

A exigência da climatização total dos ambientes, levou à adoção de um sistema de refrigeração central de água, com compressores, servindo unidades de refrigeração de ambiente por zona, localizadas nos andares. As referidas unidades ocupariam espaço disponível acima das instalações sanitárias, passando os dutos dentro das vigas, sem necessidade de forro falso rebaixado. O refeitório seria direto para cada zona insuflada. (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p.3)

Uma síntese do projeto foi feita resumindo o edifício em um plenário central encimado por um andar em balanço que decorreu da funcionalidade do programa, e também pela simplicidade e clareza do prédio em conjunto a “[...] um sistema estrutural franco e disciplinado” (ARQUITETURA E ENGENHARIA, 1964, n. 67, p.3).

Segundo Lugar no Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Como já mencionado anteriormente, o projeto para a Assembleia premiado em segundo lugar (Figura 2) ganho por Laércio Macedo Gontijo, arquiteto, por Marcos V. F. Soares, colaborador e por Homero Costa, consultor estrutural. (REVISTA ACRÓPOLE, 1963)

De acordo com a Revista Acrópole (1963), o partido do edifício nasce a partir de um retângulo simétrico localizado nos limites do terreno tendo como base três elementos principais independente do ângulo de visão:

1. Um embasamento que é o próprio terreno considerado sempre de nível. Os declives existentes foram compensados com taludes naturais;
2. Uma grande plataforma em balanço recuada dos limites do terreno;
3. O monobloco suspenso por quatro pilares, cada um ocupando 50m² de área. (REVISTA ACRÓPOLE, 1963, n. 298, p.286)

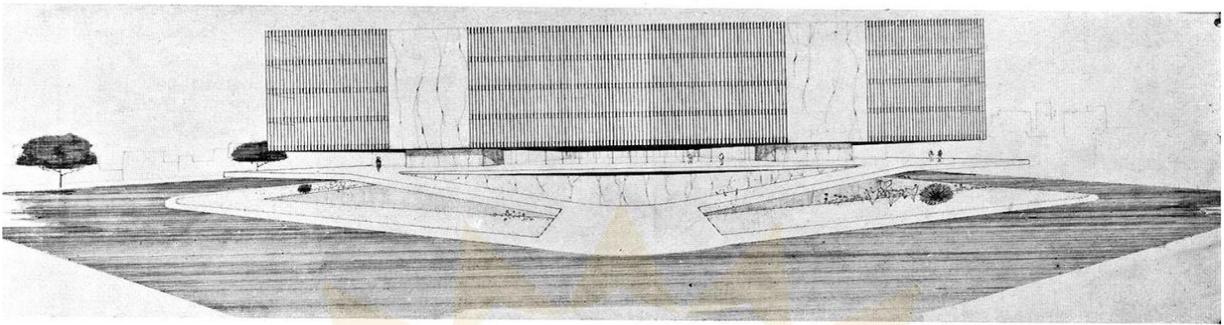


Figura 2: Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2º prêmio. Fachada principal.

Fonte: REVISTA ACRÓPOLE, 1963, n. 298, p.287.

Assim como no prêmio ganho em primeiro lugar, o acesso do público (através da plataforma em balanço) para o Grande Hall seria pela praça Carlos Chagas. Já o acesso para a administração, entrada de serviço e a entrada privativa se dava pela Rua Martim de Carvalho. O edifício teria sete pavimentos, sendo cada pavimento destinado separadamente a áreas específicas ou que tivessem algo em comum, áreas como: restaurantes, anexos técnicos, anexos políticos, plenário, serviços gerais, administração, etc. (REVISTA ACRÓPOLE, 1963)

O plenário encontra-se no centro do monobloco, por ser o local principal do conjunto, então, a partir dele é desenvolvido ao seu redor todas as dependências anexas. A estrutura do edifício seria em concreto armado constituído por seis elementos de suporte: quatro pilares duplos e caixa de elevadores. (REVISTA ACRÓPOLE, 1963)

Terceiro Lugar no Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais

O concurso para a Assembleia teve em terceiro lugar (Figura 3) o projeto dos arquitetos Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Silva e Paulo Zimbres. A estrutura torna-se sempre presente neste projeto, pois ela é percebida em qualquer ponto que se esteja, o que acaba caracterizando o anteprojeto. Baseada na estrutura foi proposto os espaços adequados ao tema, assim como os outros projetos premiados. A funcionalidade do edifício é facilmente identificada, foi criada uma esplanada de acesso que é prolongada no grande hall, ao mesmo tempo, ela abraça o plenário criando um espaço que valoriza as funções cívicas as quais são realizadas ali. (REVISTA ACRÓPOLE, 1963)

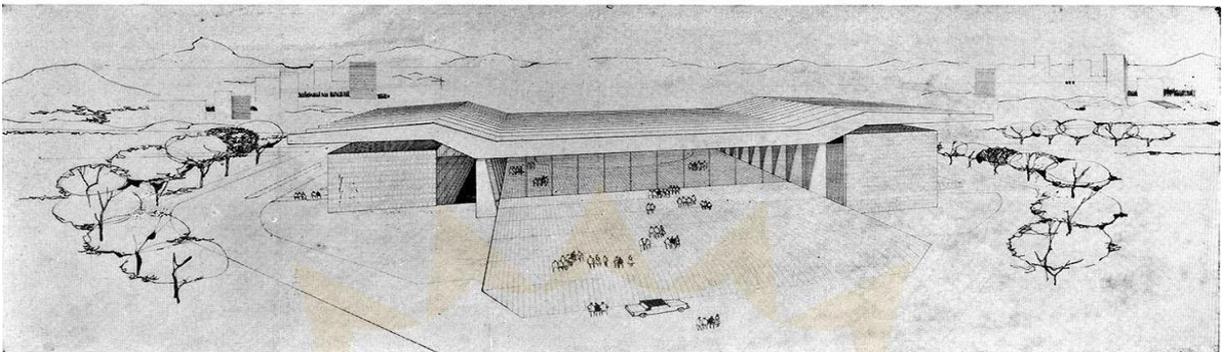


Figura 3. Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais 3º prêmio. Perspectiva aérea.

Fonte: REVISTA ACRÓPOLE, 1963, n. 298, p.290.

4.4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO DO CONCURSO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

A construção para o Palácio da Inconfidência só foi concluída em 1972, oito anos após, apesar de seu início datado em plena ditadura militar, em 1964, no Governo Emílio Médici, a concepção da Assembleia refere-se a época da breve presidência de João Goulart, período que foi marcado por grande efervescência cultural, tanto na música popular brasileira, no Cinema Novo, no teatro experimental dos grupos Arena e Oficina quanto na consagração literária de Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Carlos Drummond de Andrade. (ALBERGARIA, 2012)

O primeiro tipo de tombamento realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte foi em relação aos bens móveis da Assembleia Legislativa, foi uma maneira de prestigiar o trabalho de designers renomados como Sergio Rodrigues, Vico Magistretti, Jorge Zalsupin, Charles Eames e George Nelson. (SOMARRIBA, 2012)

Além disso, considerado o resultado de um momento peculiar do modernismo, o Palácio da Inconfidência foi reconhecido como registro de uma época tendo o seu tombamento pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte que reconhece seu valor inestimável tornando-se um marco histórico e uma referência efetiva da memória da cidade. (ALBERGARIA, 2012)

Consoante com a característica modernista da síntese das artes, no Palácio da Inconfidência, o mobiliário, a escultura, a pintura, o paisagismo integra o edifício, são constitutivos de sua arquitetura e adquirem valor de patrimônio histórico-cultural, o que é construído a partir de sua apropriação no tempo. (BAHIA, 2012, p.22)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa que foi a análise dos concursos publicados sob a ótica da revista Arquitetura e Engenharia, constatou-se que os concursos realizados foram significativos para as discussões de arquitetura e a afirmação profissional do período, apesar de pouco frequentes e eventualmente controversos. Após feita a catalogação da revista, os principais registros relacionados ao tema concursos foram: Normas Básicas para Concursos de Arquitetura (n.21, mai. 1952); Sede do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (n.22, jun./ago. 1952), Escola de Guerra Naval (n.23, set./out. 1952), Sede do DER em São Paulo (n.25, mar./abr. 1953), Plano Piloto da Nova Capital (n. 44, abr. 1957) e Assembleia Legislativa de Minas Gerais (n. 67, 1964). Vale ressaltar que o edifício para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, também conhecido como Palácio da Inconfidência, teve um longo processo envolvendo dois concursos, resultando em uma materialização tardia. A Assembleia teve sua inauguração em 1972, tendo oito anos de processo de materialização e em 2009 foi tombado pelo Conselho deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

ABASCAL; PIMENTA, Eunice Helena Sguizzardi e Celio. **Arquitetura Mackenzie e o Jardim Ana Rosa em São Paulo**. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/12>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

ALBERGARIA, Isalino Silva. **Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Uma expressão moderna**. 2012. 88 f. Belo Horizonte, 2012.

BAHIA, Denise Marques. **Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: A arquitetura, o modernismo e a síntese das artes no Palácio da Inconfidência: os bens móveis e os integrados como patrimônio histórico-cultura**. 2012. 88 f. Belo Horizonte, 2012.

BATISTA, Antonio Jose de Sena. **Os irmãos Roberto: Por uma Arquitetura constituída de padronização e singularidade**: Capítulo 2: A arquitetura dos Irmãos Roberto. 2007. 14 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em história social da cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

BOURDIEU, Jean-Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

CATÁLOGO DAS ARTES. Artista: Samuel Albano de Aratanha. 2007. Disponível em: <<https://www.catalogodasartes.com.br/app/artista/Samuel%20Albano%20de%20Aratanha%20-%20Samuel%20Albano%20-%20Samuel%20de%20Aratanha%20-%20Aratanha/>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

MASINI, Daniele Forlani. **Sob a ótica do projeto: o arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Junior e a reitoria da UFMG**. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2015.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Brazil, Reidy e a Arquitetura Brasileira do século 20: dois modernos marcantes**. 2000. 3 f. 2000.

PORTELA, Giceli. **João Batista Vilanova Artigas, Curitiba, 1915-2015; Exposição "Nos pormenores um universo" no Museu Oscar Niemeyer**. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.165/5675>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

REVISTA ACRÓPOLE, 1963, n. 298. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/298>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

SERAPIÃO, Fernando. **Rino Levi: O racionalista dos trópicos**. 2001. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-rino-levi-o-razionalista-dos-tropicicos-01-12-2001>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

SOMARRIBA, Valentina Gomes. **Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**: Introdução. 2012. 88 f. Belo Horizonte, 2012.

APÊNDICE A - Artigo publicado nos anais do V ENANPARQ

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS:
ARQUITETURA, CONCURSOS E CAPITAL SIMBÓLICO**

*LEGISLATIVE ASSEMBLY OF MINAS GERAIS: ARCHITECTURE, COMPETITIONS AND SYMBOLIC
CAPITAL*

ASAMBLEA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITECTURA, CONCURSOS Y CAPITAL SIMBOLICO

SOBREIRA, Fabiano

Arquiteto e Urbanista, Doutor, Professor
Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados
fabiano.sobreira@gmail.com

LEDES, Bárbara

Estudante, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brasília - UNICEUB
barbara.ledes@gmail.com

MARTINS, Stefanie

Estudante, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brasília - UNICEUB
stefanie_martins@hotmail.com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITETURA, CONCURSOS E CAPITAL SIMBÓLICO

LEGISLATIVE ASSEMBLY OF MINAS GERAIS: ARCHITECTURE, COMPETITIONS AND SYMBOLIC CAPITAL

ASAMBLEA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITECTURA, CONCURSOS Y CAPITAL SIMBOLICO

EIXO TEMÁTICO: HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITETURA, DA CIDADE E DO URBANISMO

RESUMO:

A sede da Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi tombada em 2009 pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. O edifício, inaugurado em 1972, teve seu projeto encomendado em 1964 aos jovens arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman, após dois concursos e amplos debates que ocuparam as páginas das principais revistas de Arquitetura do Brasil. Em jogo, discussões sobre os concursos enquanto instrumentos de contratação e sobre as estratégias projetuais para espaços cívicos, em período marcado pela revisão dos postulados modernos. Considerando os projetos em situação de concurso como importantes registros sobre a “arquitetura potencial” e as revistas como expressões “pré-canônicas” do pensamento arquitetônico, o objetivo deste artigo é analisar as publicações relacionadas aos concursos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas revistas do período e sua relação com a formação e a disputa por “capital simbólico” na Arquitetura.

PALAVRAS-CHAVE: concursos, revistas, arquitetura, capital simbólico, assembleia legislativa de minas gerais.

ABSTRACT:

The seat of the Legislative Assembly of Minas Gerais building was protected by the Belo Horizonte municipality heritage council in 2009. Inaugurated in 1972, its architectural design was commissioned to the young architects Richard Kohn and Pawel Liberman in 1964, after two design competitions and important debates in the pages of the main Architecture magazines in Brazil. The main issues were: competitions as public commission instruments and design strategies for civic spaces, in a period highlighted by the revision of modern postulates. Considering competition designs as important records on “potential architecture” and magazines as “pre-canonical” expressions of architectural ideas, the main purpose of this paper is to analyse the publications related to the Legislative Assembly of Minas Gerais design competitions in the magazines published at that time and its relation to the constitution and dispute for “symbolic capital” in Architecture.

KEYWORDS: competitions, magazines, architecture, symbolic capital, legislative assembly of minas gerais.

RESUMEN:

La sede de la Asamblea Legislativa de Minas Gerais fue tumbada en 2009 por el Consejo Deliberativo del Patrimonio Cultural del Municipio de Belo Horizonte. El edificio, inaugurado en 1972, tuvo su proyecto encargado en 1964 a los jóvenes arquitectos Richard Kohn y Pawel Martyn Liberman, tras dos concursos y amplios debates que ocuparon las páginas de las principales revistas de Arquitectura de Brasil. En juego, discusiones sobre los concursos como instrumentos de contratación y sobre las estrategias proyectivas para espacios cívicos, en período marcado por la revisión de los postulados modernos. Al considerar los proyectos en situación de concurso como importantes registros sobre la “arquitectura potencial” y las revistas como expresiones “precanónicas” del pensamiento arquitectónico, el objetivo de este artículo es analizar las publicaciones relacionadas a los concursos para la Asamblea Legislativa de Minas Gerais en las revistas del período y su relación con la formación y la disputa por “capital simbólico” en la Arquitectura.

PALABRAS-CLAVE: concursos, revistas, arquitetura, capital simbólico, assembleia legislativa de minas gerais.

INTRODUÇÃO

A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1930, foi a primeira escola autônoma da América do Sul, independente das escolas Politécnicas ou de Belas Artes. O Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) foi criado em 1943, mesmo ano em que foi fundado o IAB-SP. A revista *Arquitetura e Engenharia*, braço editorial do IAB-MG, foi lançada em 1949 e seguiu até 1965. Outras duas importantes revistas de Arquitetura, ambas de São Paulo, também eram espaços de difusão e embates do campo profissional: *Acrópole* (1938-1971) e *Habitat* (1950-1965). Os vínculos entre a profissão, o ensino e o meio editorial eram estreitos (e eventualmente conflitantes) e tinham em comum a difusão da arquitetura moderna e a promoção dos concursos como instrumentos de construção do capital simbólico (BOURDIEU, 1994) e afirmação do campo profissional. Os concursos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se inserem nesse contexto.

PRIMEIRO CONCURSO: 1962

No início dos anos 1960, no contexto (ao mesmo tempo de crítica e de celebração) da inauguração de Brasília e em meio ao otimismo desenvolvimentista, apesar das crises e tensões políticas que marcavam o final do governo do mineiro Juscelino Kubitschek, as duas instituições (Escola de Arquitetura da UFMG e IAB-MG) participaram da realização do primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1962). Dois destacados professores da Escola de Arquitetura, que também integravam o conselho diretor da revista *Arquitetura e Engenharia*, integravam a Comissão Julgadora: Shakespeare Gomes (professor e autor do projeto da Escola de Arquitetura da UFMG, onde se formou) e Sylvio de Vasconcellos (além de ter se destacado como historiador e um dos precursores da arquitetura moderna em Minas Gerais, foi chefe da Coordenadoria do IPHAN no Estado e professor e diretor da Escola de Arquitetura da UFMG, da qual foi afastado em 1964 em decorrência do golpe militar). Integravam ainda a comissão julgadora os arquitetos Oswaldo Corrêa Gonçalves (formado na Escola Politécnica de São Paulo, um dos fundadores do IAB-SP, também participou da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo); Marcos Konder Neto (que havia se destacado como uma das menções no concurso internacional para a Sede da *Peugeot* em Buenos Aires, naquele mesmo ano); Edgar Graeff (gaúcho, fortemente influenciado pela escola moderna carioca, onde se formou e que naquele mesmo ano, 1962, integrava a equipe de professores que fundava a Universidade de Brasília - da qual foi expulso pela repressão militar, em 1968).

A demanda por uma nova sede para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais surgiu após um incêndio no casarão situado na Praça da República, em Belo Horizonte, que abrigava, de forma precária, a instituição. O então governador, José de Magalhães Pinto (apoiador do golpe militar e posteriormente Ministro de Relações Exteriores no governo Costa e Silva), adquiriu um terreno até então pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais. Foi então realizado, em 1962, o primeiro concurso para a sede da instituição.

Na seção “Atualidades” da *Acrópole*, número 279 (fevereiro de 1962), foi publicada uma nota sobre o lançamento do concurso. Quatro meses depois, em junho (n.283), foi publicada na mesma seção a nota intitulada “Assembleia Legislativa de Minas Gerais: cancelados os

prêmios do concurso”. De acordo com a nota, a Comissão Julgadora teria chegado à conclusão de que “a complexidade do programa e a grandiosidade do tema” não encontravam correspondência no terreno definido para a obra. E completou:

Em consequência, os estudos apresentados, embora alguns deles elogiáveis, sob muitos aspectos, não alcançaram, todavia, nível que recomendasse sua transformação em obra construída. (ACRÓPOLE, 1962a, s.p)

De acordo com a nota, o arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves ainda teria concordado em premiar os trabalhos, mas a decisão final do júri foi anular o certame, não conceder prêmios e abrir inscrições para novo concurso. O júri recomendou ainda revisão na delimitação do terreno, a fim de incorporar mais área ao mesmo. Apesar de não haver premiações, foram destacados como “selecionados” os projetos das seguintes equipes: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse (São Paulo); Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Canteiro (São Paulo); Abrão Sanovicz, Jorge Wilhelm, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano (São Paulo); Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva (Rio Grande do Sul); Milton Vitis Feferman (Guanabara) e Cuno Roberto Mauricio Luci (Minas Gerais). Em resumo, dos seis selecionados, três foram de São Paulo, um do Rio Grande do Sul, um do Rio de Janeiro (Guanabara) e outro de Minas Gerais. A anulação do concurso desagradou, naturalmente, os arquitetos participantes. Como consequência, nesse mesmo número da *Acrópole* (n.283), foi publicado o artigo “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”, assinado por Eduardo Corona (CORONA, 1962). Trata-se de uma das principais manifestações sobre os conflitos entre a promoção de concursos e a prática profissional. Ao contrário do que parece sugerir o título, o artigo não defende o concurso, na verdade relativiza a sua aplicação, destacando que eventualmente o gestor deveria ter a opção de escolher diretamente o arquiteto de sua confiança. Eduardo Corona, conforme mencionado anteriormente, era o principal articulista da *Acrópole* e tinha estreitas relações pessoais e profissionais com Oscar Niemeyer. O artigo revela que a defesa do concurso não era unânime entre os profissionais, em especial quando os interesses corporativos eram colocados em risco. Além do artigo de Eduardo Corona foram publicados naquele número da revista os seis projetos paulistas selecionados no concurso. Não foram publicados na *Acrópole* os projetos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas G

erais. Corona inicia seu texto destacando a importância do concurso como instrumento de contratação, primeiro porque possibilitam a produção de “obras de real valor” (por meio da escolha de “um bom projeto executado por um bom arquiteto”) e segundo, por contribuírem para o “esclarecimento da opinião pública”. A partir daí, no entanto, o autor apresenta uma série de considerações críticas sobre os concursos, em especial quando não são organizados pelo IAB, e destaca: “o principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso.” O autor defende que para algumas obras não caberia o concurso, exceto quando este trouxesse o desafio de “um problema novo”, ou para “uma obra de grande interesse público”. E defende:

No demais, é necessário que o cliente, o particular ou o governo, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lhe dê diretamente o trabalho, da mesma

forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais liberais. (CORONA, 1962, p.215)

O autor ainda defende que tal posição é compartilhada pelo IAB: “Essa é a posição que assumem os arquitetos nesse momento e o IAB defende com intransigência”. Nesse sentido, a ideia de que no IAB havia consenso em relação à defesa incondicional do concurso é colocada em questão no texto de Eduardo Corona. O fato é que o texto certamente expressava o sentimento de uma parcela da profissão, uma visão corporativa que se observa até os dias atuais: a de que os concursos são bons instrumentos, quando convenientes para a profissão. Sobre a questão do julgamento, Corona cita o concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958), em que um “julgamento prévio” feito por uma comissão diferente do júri indicado “destruiu totalmente o cunho de seriedade e justiça, afastando do “julgamento verdadeiro” projetos de inegáveis qualidades”. O autor cita também a anulação do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e questiona, inclusive expressando certa desavença regional:

É lícito, é lógico, é ético pôr de lado assim, em poucas horas um enorme trabalho de profissionais conscientes e honestos (...) por razões extra-projetos ? (...) Não se deve destruir uma tarefa voluntariamente desempenhada, é claro, mas que representa milhões de cruzeiros de honorários para depois dizer: desculpem ! era só para vermos do que eram vocês capazes ! ou, então, este disparate: vocês não estiveram à altura da “civilização mineira” ! (CORONA, 1962, p.216)

O autor encerra o artigo justificando que tal posição em relação aos concursos é tomada “para a defesa do verdadeiro e justo “exercício” da atividade do arquiteto”, o que reforça a visão corporativa da defesa do instrumento. Corona ainda apresenta algumas proposições para futuras normas de concursos do IAB: (1) que o arquiteto assessor (coordenador), que organiza o concurso, não faça parte do júri; (2) que apenas a Comissão Julgadora julgue os projetos e que não sejam permitidos outros pareceres, prévios ou não; (3) em concursos de maior importância deve-se prever a possibilidade de concursos em duas etapas, com a defesa oral dos projetos; (4) que sejam garantidos ao vencedor os honorários de acordo com a tabela oficial do IAB. Tais premissas são, de maneira geral, mantidas ainda hoje nos regulamentos de concursos do IAB (IAB, 2014).

Uma das poucas vozes na defesa incondicional dos concursos de projeto, naquele período, não vinha do campo profissional da Arquitetura. Trata-se do jornalista Geraldo Ferraz, editor da revista *Habitat*, que em mais de uma ocasião defendeu os concursos e atacou as encomendas diretas a arquitetos, como no artigo intitulado “Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura”:

O filhotismo predomina, de braços dados com a genrocracia, quando não fica a coisa em plano de amizade, de relações de grupo, político ou econômico, etc., e o pensamento que recomenda o concurso não tem qualquer probabilidade de êxito (p. 23). ! (FERRAZ, 1956, p.23)

E assim Ferraz justificava sua defesa aos concursos:

Visa-se, com isto, além da prática dessas excelências a atingir, uma renovação nos valores humanos que intervirão na história da construção das cidades e dos edifícios. Visa-se eliminar o 'medalhão' garantido pelos favores da autoridade e dos responsáveis – impedindo que o 'medalhão' seja empregado como cartaz de propaganda, o que implica numa nova feição do mercantilismo arquitetônico facilmente exemplificável. Mas se visa, também, a que surjam novos valores na concepção e nos fatores dos melhores projetos, aparição que se tornaria impossível sem que essas questões fossem encaminhadas pela livre escolha entre propostas diversas, apresentadas sob estrito sigilo (p. 23). (FERRAZ, 1956, p.26)

Sobre os projetos selecionados (e não premiados), passemos a breve descrição das propostas, inicialmente com aqueles das equipes paulistas, publicados na *Acrópole* em junho de 1962 (n.283).

O projeto da equipe formada por Francisco Petracco (27), Jon Maitrejean (33), Telesforo Cristofani (33) e Dante Morse (todos com atuação em São Paulo), e que contou ainda com o engenheiro Siguer Mitsutani como consultor estrutural (que colaborou com Paulo Mendes da Rocha em vários projetos), é o que mais se diferencia dos demais, no que se refere à abordagem plástica, volumétrica e espacial: trata-se de uma volumetria que não segue linguagem ortodoxa moderna (pilotis, continuidade do térreo, volumes prismáticos simples, panos de vidro), destacando-se pelo vazio central e pelas empenas e pilares em forma trapezoidal que encontram o solo em suave curvatura. De acordo com os autores:

Procurou-se adotar a edificação de um possível caráter de majestade, de modo a que seu aspecto plástico se coadunasse com a majestade do poder que abriga. (...) O visitante, ao alcançar a assembleia, passará sucessivamente de uma praça aberta para um grande vazio na entrada e a seguir, para um pleno no centro do hall nobre, cuja cobertura é o fundo do plenário. O hall nobre é uma praça coberta, prolongamento abrigado e dramatizado da praça cívica. (ACRÓPOLE, 1962b, p.218)

O segundo projeto paulista publicado é de autoria da equipe formada pelos arquitetos Eduardo Kneese de Melo (56), Joel Ramalho Jr. (28, mineiro, formado na Mackenzie e à época atuante em São Paulo), Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro. Participaram ainda como colaboradores: José M. de Moura Pessoa, João Mollo e Sergio de Feo, além do engenheiro Arthur Pitta como consultor estrutural. O principal elemento considerado pela equipe para a definição do projeto foi a topografia, que definiu a implantação. O resultado foi um edifício robusto, horizontal e monolítico, porém de pouca expressividade plástica e espacial. De acordo com o memorial descritivo:

Essa orientação nos permite a criação de uma esplanada funcionando como uma antecâmara, a céu aberto, valorizando a entrada do vestíbulo nobre. (...) O sentido de nobreza, segurança e rigidez desse agrupamento é obtido por uma composição estrutural e elementos verticais de concreto armado, que se completam como arrimo da esplanada. (ACRÓPOLE, 1962b, 1962, p.223)

A equipe formada por Abrão Sanovicz (29), Jorge Wilhelm (34), Paulo de Melo Zimbres (29) e Miguel Juliano (34) apresentou proposta típica do vocabulário moderno: uma plataforma horizontal, articulada a um volume vertical deslocado, em composição assimétrica no conjunto. Os autores também iniciam a defesa do projeto na contextualização do terreno e entorno e, na sequência, apresentam em uma combinação de textos curtos e diagramas, a defesa do "partido geral" adotado:

Uma Assembleia deve ser monumental; procuramos por isso obter: (A) uma implantação destacada. Um edifício baixo seria prejudicado pelo acesso estrangulado e pela eventual vizinhança; preferimos implantá-lo com autoridade. Servindo, mesmo de longe, como marco e ponto de referência. (B) Caráter. Não se tratando de um edifício público qualquer, uma assembleia deve evidenciar o seu plenário, tornando-o onipresente. (C) espaços adequados à função. Procuramos dar aos serviços burocráticos: claridade natural, distâncias curtas, vista desimpedida da paisagem e do plenário. Procuramos dar aos trabalhos parlamentares: espaços nobres, privacidade absoluta, tendência centrípeta em torno do plenário. (ACRÓPOLE, 1962b, p.227)

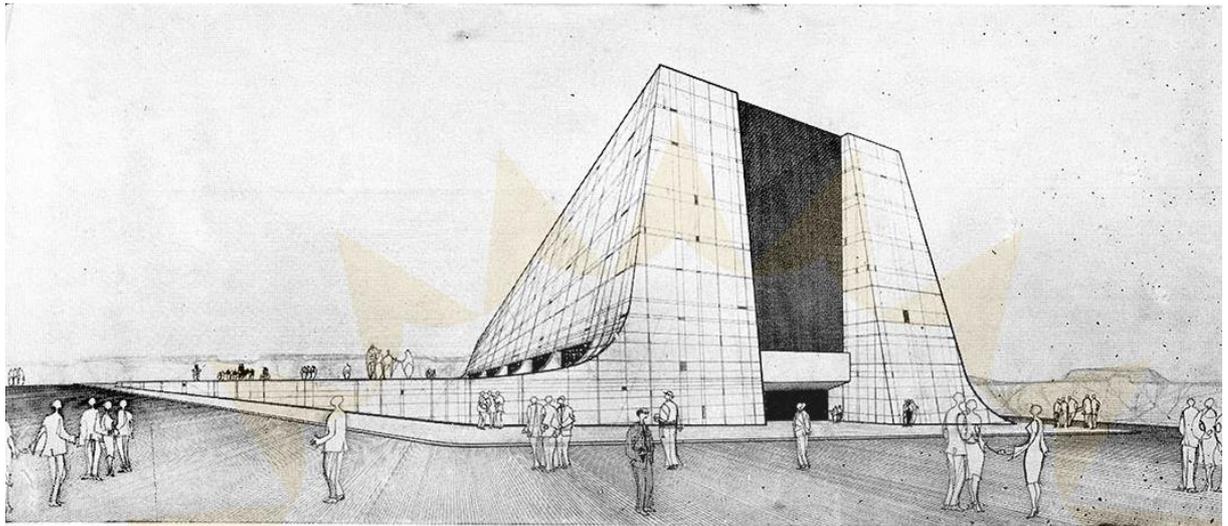


Figura 1: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

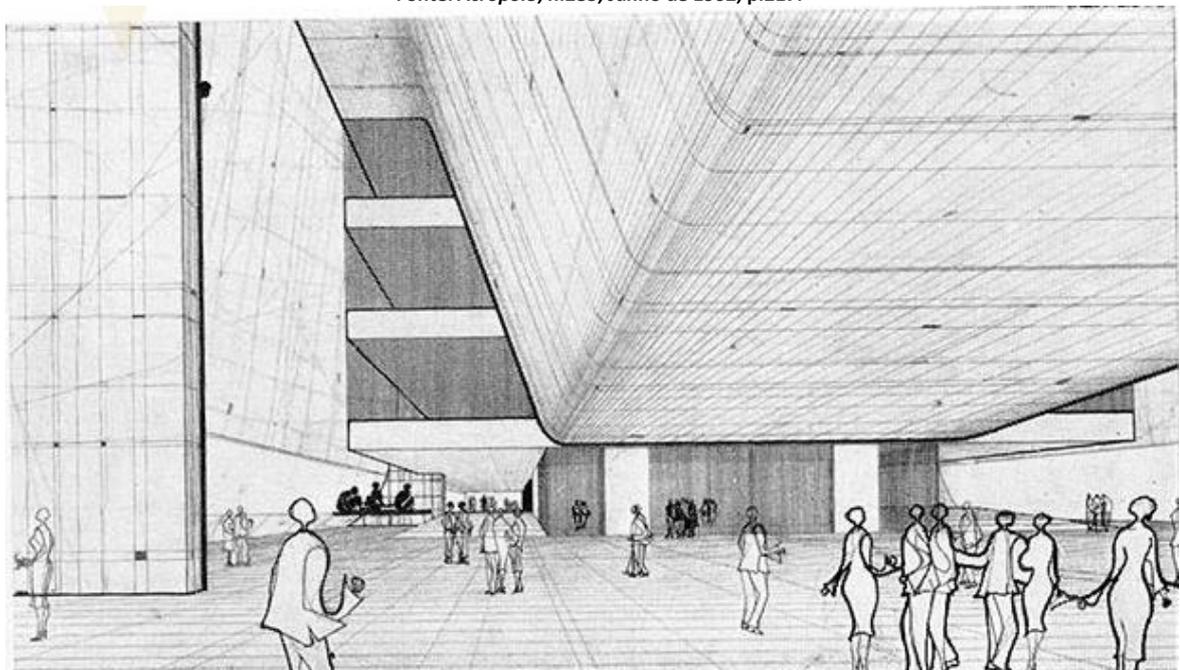


Figura 2: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

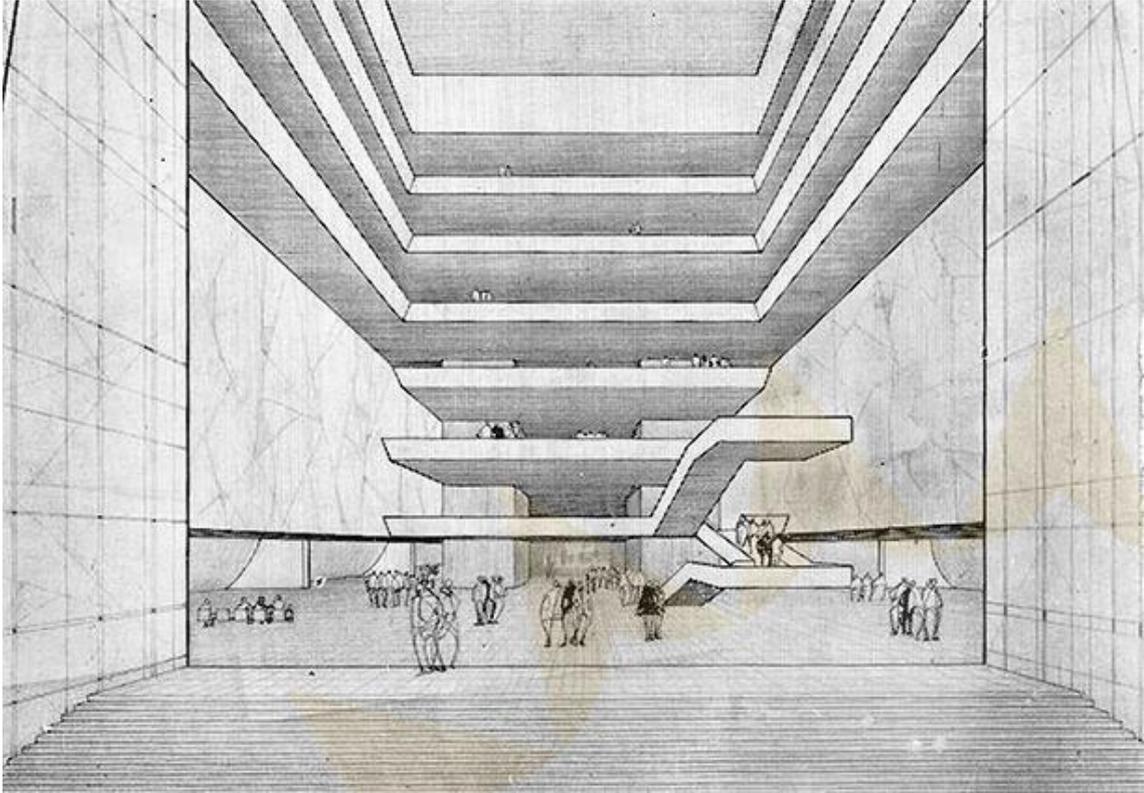


Figura 3: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

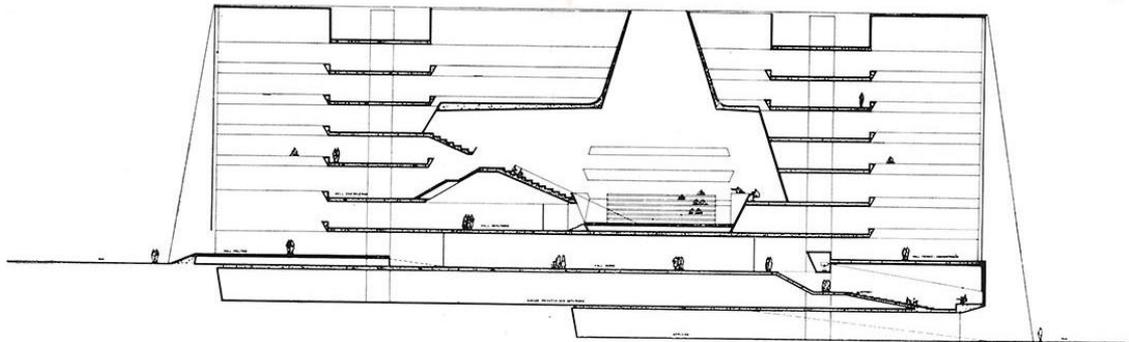


Figura 4: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

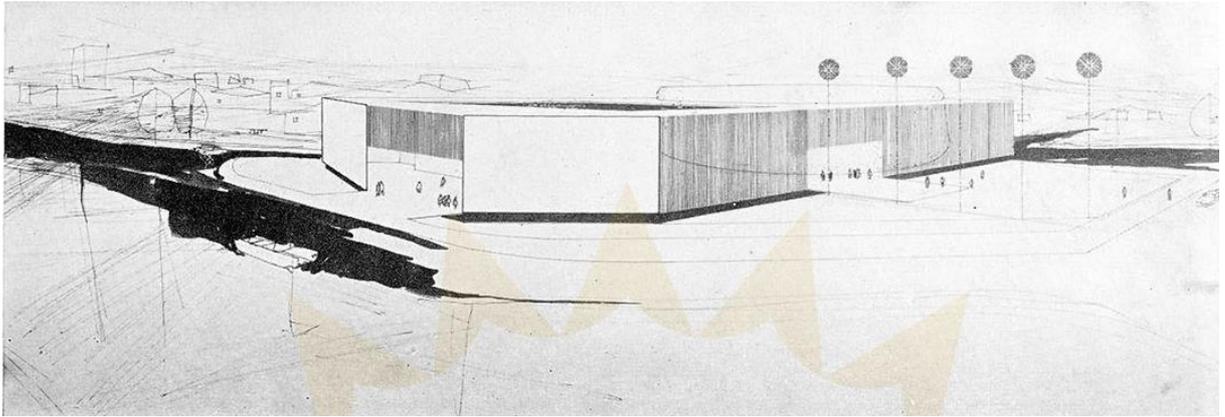


Figura 5: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Autores: Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro.
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.222.

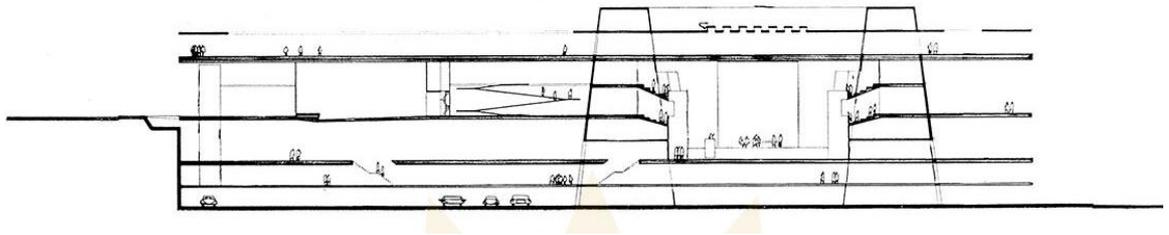


Figura 6: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Autores: Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro.
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.224.

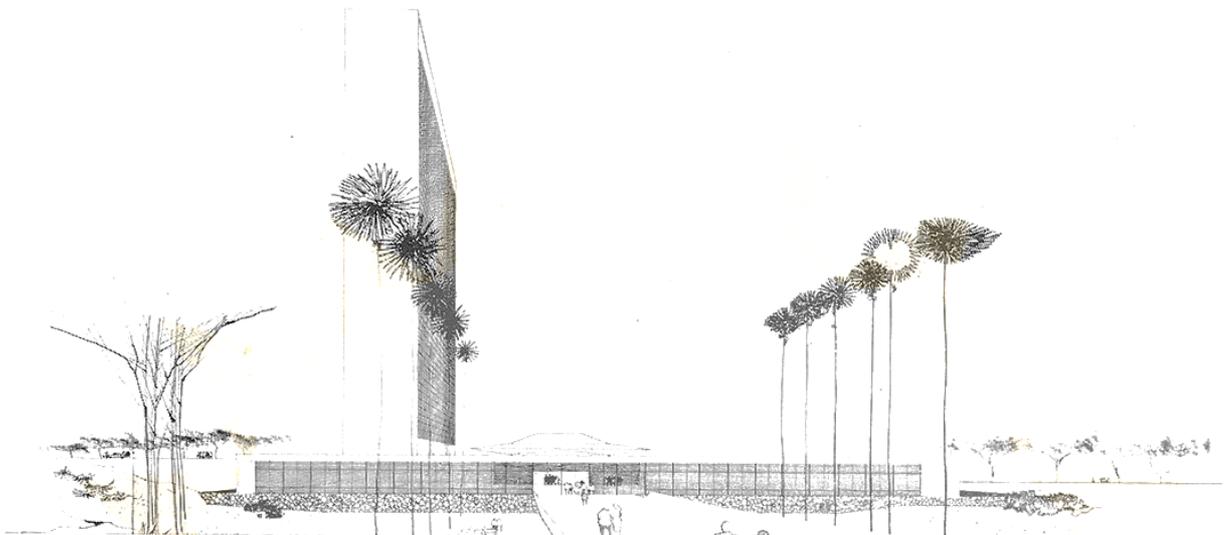


Figura 7: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Abrão Sanovicz, Jorge Wilhelm, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.226.

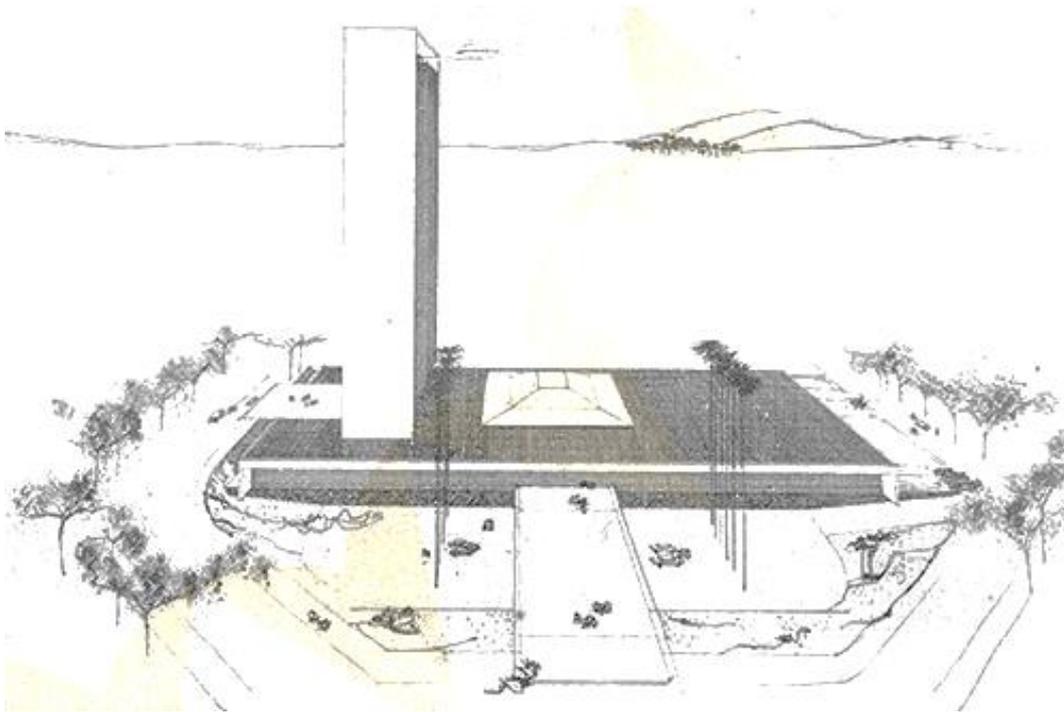


Figura 8: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Abrão Sanovicz, Jorge Wilhelm, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano
 Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.226.

Quatro meses depois da publicação dos projetos paulistas na *Acrópole*, foi publicada uma carta do arquiteto Sylvio de Vasconcellos (membro do júri) no número 287 da revista, de outubro de 1962. Trata-se de resposta ao texto de Eduardo Corona. Vasconcellos participou do júri dos concursos para a Assembleia do Rio Grande do Sul e a Assembleia de Minas Gerais, citados por Corona como exemplos negativos. Na carta o autor questiona a postura de Corona, quando este sugere que os concursos visam a escolha do profissional; para ele “o concurso visa sempre a escolha do projeto e não do arquiteto.” Após tal consideração, o leitor espera que o texto seja concluído com razões e argumentos que enalteçam o concurso enquanto procedimento. No entanto, o que se lê nas linhas seguintes é o contrário. Após apresentar os argumentos que embasaram suas decisões nos concursos questionados, Vasconcellos destaca que:

...depois de larga experiência no assunto, convenci-me da inconveniência total dos concursos de arquitetura, concursos aliás que nenhuma outra profissão adota, salvo em caso de provimento de cargos... O concurso é ainda uma reminiscência dos salões, do academismo e das belas artes, que nenhuma vantagem traz à profissão, expondo-a a situações desagradáveis que, mesmo beneficiando a um ou outro profissional, prejudica sensivelmente aos demais. (VASCONCELLOS, 1962, p. 304)

Em dezembro de 1962 a revista *Habitat* publicou o projeto do Rio Grande do Sul, de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva, acompanhado de artigo dos autores sobre a anulação do concurso, intitulado “Sobre os concursos públicos de Arquitetura”. No texto, os autores valorizam a prática de concursos como uma oportunidade, uma vez que “o trabalho profissional, na atual conjuntura de nossa realidade, transcende mesmo ao direito social de exercê-lo, para transformar-se numa conquista penosa das condições mínimas de sobrevivência” (PEREIRA e SILVA, 1962,p.4). Destacam ainda que o grande número de arquitetos que se empenham “gratuitamente nessa procura insana” que é o concurso. Apesar

das dificuldades, reconhecem que os concursos públicos de arquitetura são uma “forma aceitável de solicitação de trabalho, dadas as condições em que o exercício de nossa profissão se processa.” Por fim, questionam a decisão do júri de não atribuir prêmios, uma vez que:

As características que norteiam um concurso de anteprojetos fazem crer que o trabalho apresentado deva refletir, como preocupação fundamental, a explanação de uma ideia. Testá-la e experimentá-la – dentro de uma liberalidade necessária e admissível – ao longo de todo o programa, nos parece a tarefa principal. É fácil compreender que, entre uma ideia e seu desenvolvimento, há um campo apreciável de lapidação e aprimoramento. (PEREIRA e SILVA, 1962, p.9)

O projeto de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva, publicado na *Habitat* (n.70, dezembro de 1962), é também marcado por uma composição assimétrica entre um volume vertical (com as quatro fachadas envidraçadas), um horizontal (plenário) e uma plataforma de acesso e conexão. De acordo com o memorial descritivo, sobre o “partido adotado”:

... procurou-se colocar toda a formulação especial do tema, percebendo-se desde logo, a necessidade de segurança e sobriedade da composição resultante. O propósito é, pois, marcar, nesta zona de construções baixas e de pouca densidade demográfica, o palácio legislativo de Minas Gerais. (...). O partido adotado, pois, resume-se no bloco horizontal, repetindo o terreno em plataforma, com a marcação do plenário e a torre. (PEREIRA e SILVA, 1962, p.9)



Figura 9: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva
Fonte: *Habitat*, n.70, Dezembro de 1962, p.6.

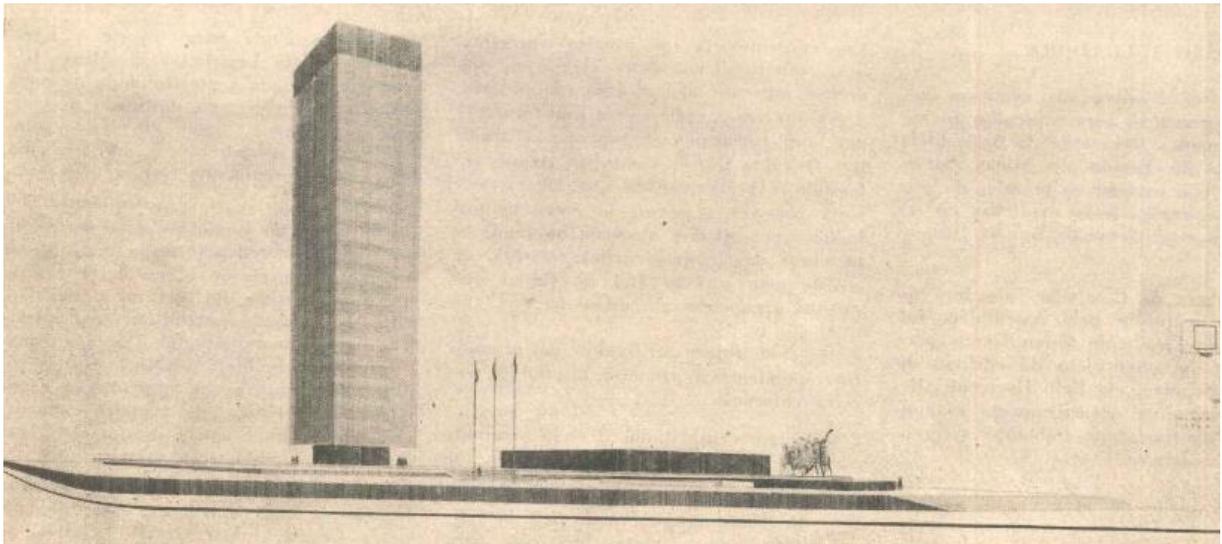


Figura 10: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva
 Fonte: *Habitat*, n.70, Dezembro de 1962, p.6.

SEGUNDO CONCURSO: 1963

Diante do cancelamento do primeiro certame, em 1963 foi realizado um novo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A nova comissão julgadora foi composta por Vilanova Artigas (48), Francisco Bolonha (40, dirigia à época da Divisão de Construções e Equipamentos Escolares do Estado da Guanabara, que substituiu o Departamento de Habitação Popular, extinto em 1960) e Mauro Gomes Batista (presidente do IAB/MG). Artigas, em 1963, já havia projetado (em conjunto com Carlos Cascaldi) a FAU-USP (1961), que estava em construção e seria concluída em 1969, ano em que o arquiteto foi cassado pelo regime militar.

A revista *Acrópole* publicou no número 298 (agosto de 1963) os três primeiros lugares do segundo concurso. Foram vinte e nove trabalhos concorrentes. O projeto vencedor é assinado por Richard Kohn (36, estudou na Faculdade de Arquitetura de Minas Gerais, transferindo-se em seguida para a Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1951) e Pawel Martyn Liberman (33, radicado em São Paulo e formado no *Georgia Institute of Technology* em Atlanta, Estados Unidos). A dupla havia recebido menções honrosas nos concursos para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958) e para o Clube XV (1963). O segundo lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi atribuído ao projeto dos arquitetos Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares. Em terceiro, a equipe formada por Jorge Wilhelm (35), Miguel Juliano (35) e Paulo Zimbres (30).

O projeto vencedor é um volume prismático baixo e horizontal, com balanços nas quatro fachadas e de pouca monumentalidade, que busca ordenar, por meio da regularidade e da simplicidade formal do edifício, a complexidade programática da instituição. O resultado é um edifício marcado pelo rigor da modulação, discricção volumétrica e simplicidade geométrica, conforme defendem os autores. De acordo com a comissão julgadora, sobre o projeto vencedor:

uma expressão de unidade na estrutura simples e franca e na disposição dos vários órgãos, um resultado plástico com ausência de elementos alheios à própria expressão construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa. (ACRÓPOLE, 1963, p.281)

O segundo lugar se assemelha ao primeiro pelas características formais do volume (um prisma horizontal), porém se diferencia na monumentalidade e na composição com outros elementos. Segundo os autores, “o edifício é um monobloco definido por três elementos principais”: um embasamento, uma grande plataforma em balanço e o monobloco suspenso. O terceiro colocado se caracteriza por uma grande cobertura com generosos balanços, formada por uma sucessão de vigas paralelas em forma de asa e grande vazio central. Sob a grande cobertura, dois volumes prismáticos com dez pavimentos nas laterais e um volume central circular para o plenário.

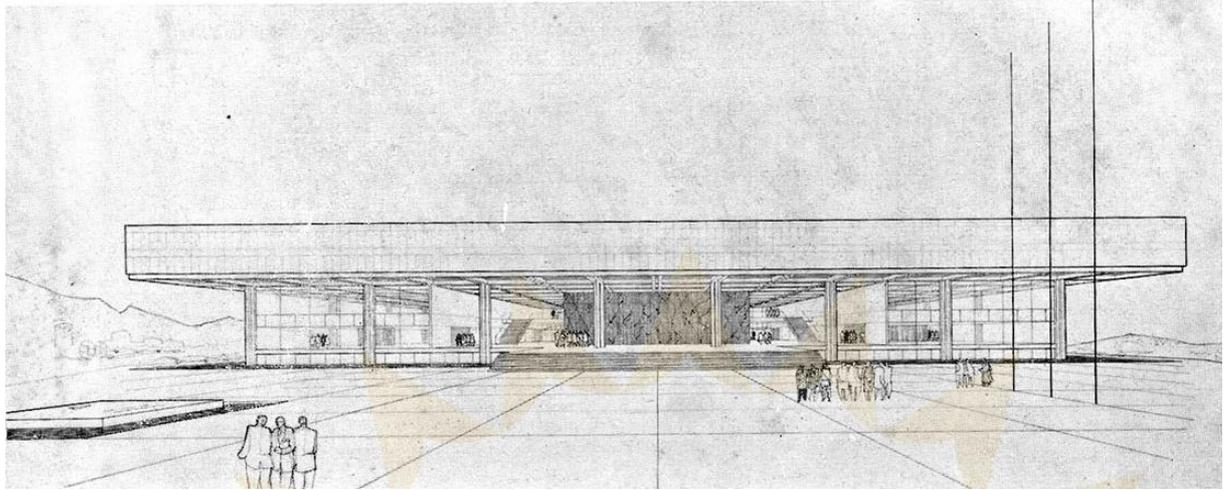


Figura 11: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto Vencedor.
Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman
Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.281.

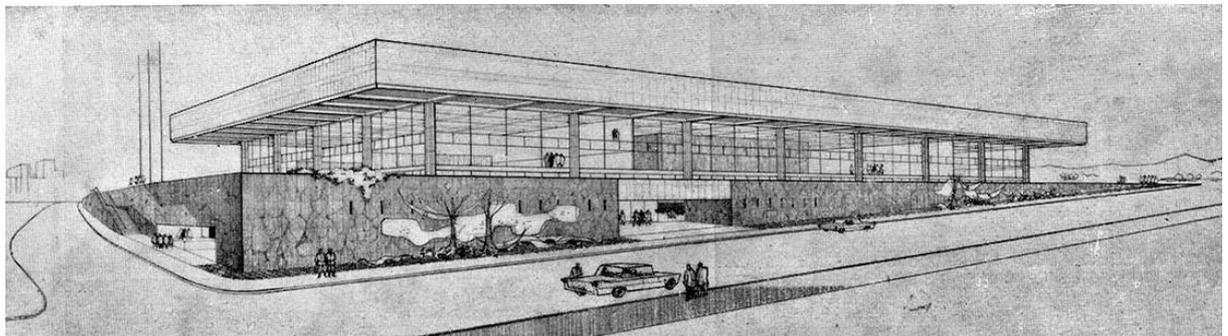


Figura 12: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto Vencedor.
Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman
Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.281.

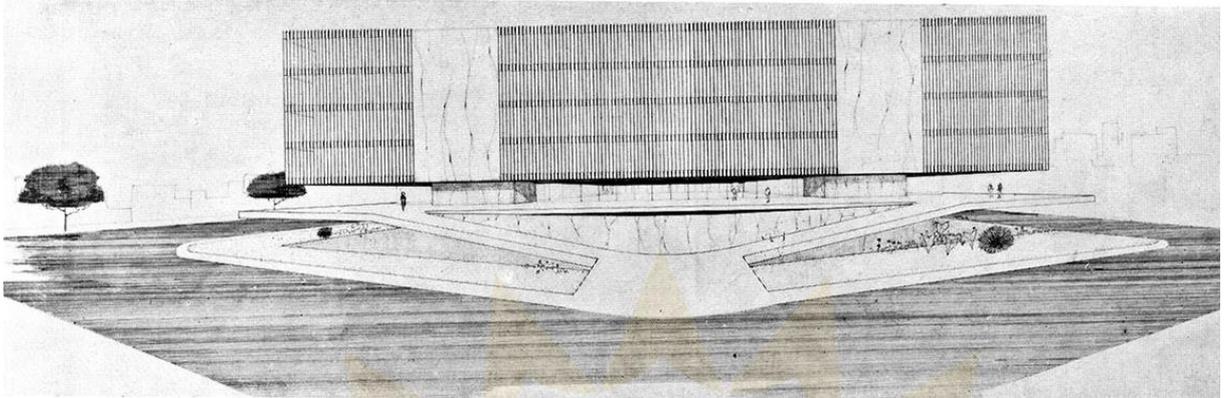


Figura 13: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Segundo Lugar.
Autores: Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares
Fonte: Acrópole, n.298, Agosto de 1963, p.287.

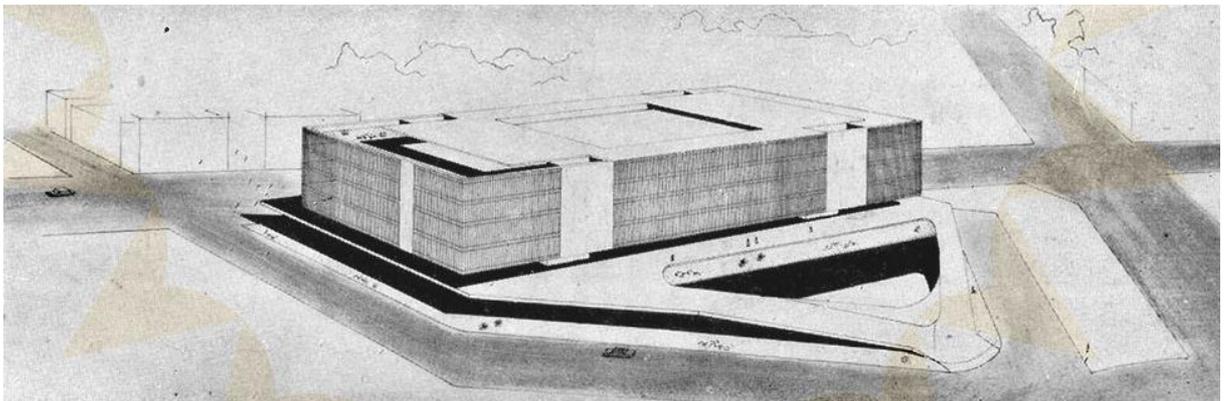


Figura 14: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Segundo Lugar.
Autores: Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares
Fonte: Acrópole, n.298, Agosto de 1963, p.287.

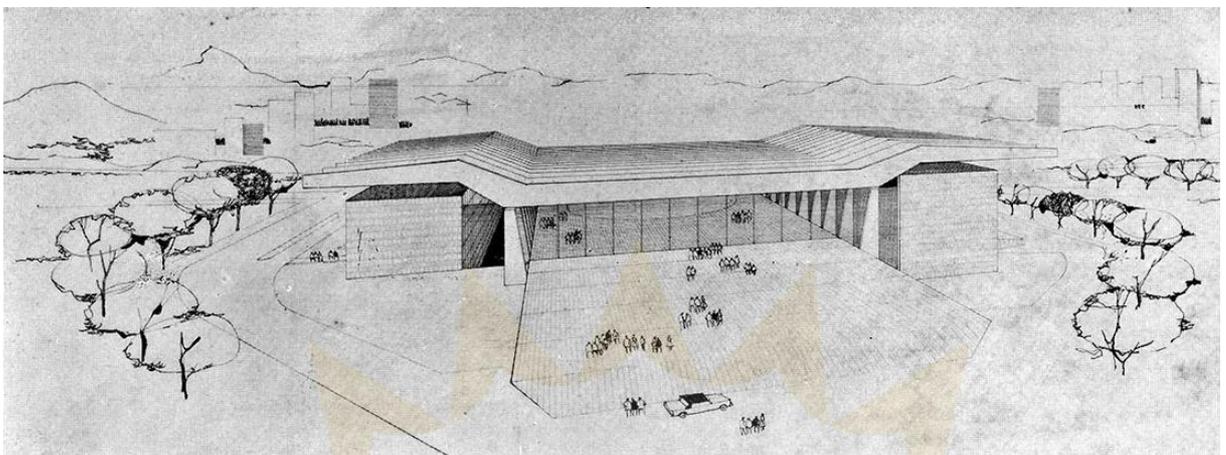


Figura 15: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Segundo Lugar.
Autores: Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Paulo Zimbres
Fonte: Acrópole, n.298, Agosto de 1963, p.287.

Não há registros da publicação do primeiro concurso na revista *Arquitetura e Engenharia*, editada pelo IAB/MG. Em 1964, no entanto, no número 67, o projeto vencedor é o tema da capa da revista, que dedica oito páginas ao projeto, com memorial desenhos técnicos, perspectivas e diagramas, além de fotos dos autores. O texto de introdução da matéria traz informação sobre a abertura de concorrência para a execução de serviços de terraplenagem com o objetivo de iniciar a obra e destaca: “Com essas providências, tudo faz crer que, dentro em breve, estará inteiramente concluído o “Palácio da Inconfidência”. A obra, no entanto, foi concluída apenas nove anos depois, em 1972. No ano seguinte à realização do concurso, o Brasil sofreu o golpe militar de 1964. A obra foi inaugurada em período de intensa repressão da ditadura, em que as atividades parlamentares e legislativas eram cerceadas pelo regime e pela censura, em todo o país:

A nova sede foi inaugurada em 1972, no período mais pesado da ditadura. O Legislativo vivia uma fase de penumbra política, que foi atenuada pelo começo de sua modernização institucional. A melhoria das instalações seria uma forma de compensar a amputação das liberdades ?. (DULCI, 2012, p. 18)

Em 2009 o edifício e seus bens móveis foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. De acordo com Denise Marques Bahia, que assina um dos textos do “Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”:

O edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado Minas Gerais é uma manifestação do modernismo tardio que se fez notar na experiência arquitetônica e urbana de Belo Horizonte nas décadas de 1960 e 1970. De aspecto austero e com características notadamente funcionalistas, o Palácio da Inconfidência reúne os atributos considerados, na época, essenciais para edifícios representativos do poder público. (BAHIA, 2012, p.21)

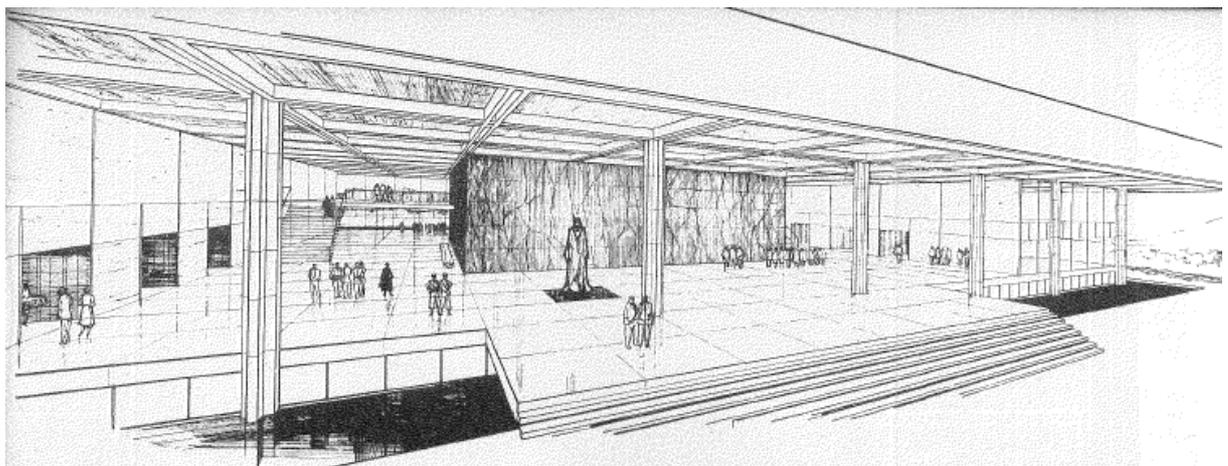


Figura 16: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto vencedor.
Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman
Fonte: *Arquitetura e Engenharia*, n.67, 1964, s.p.

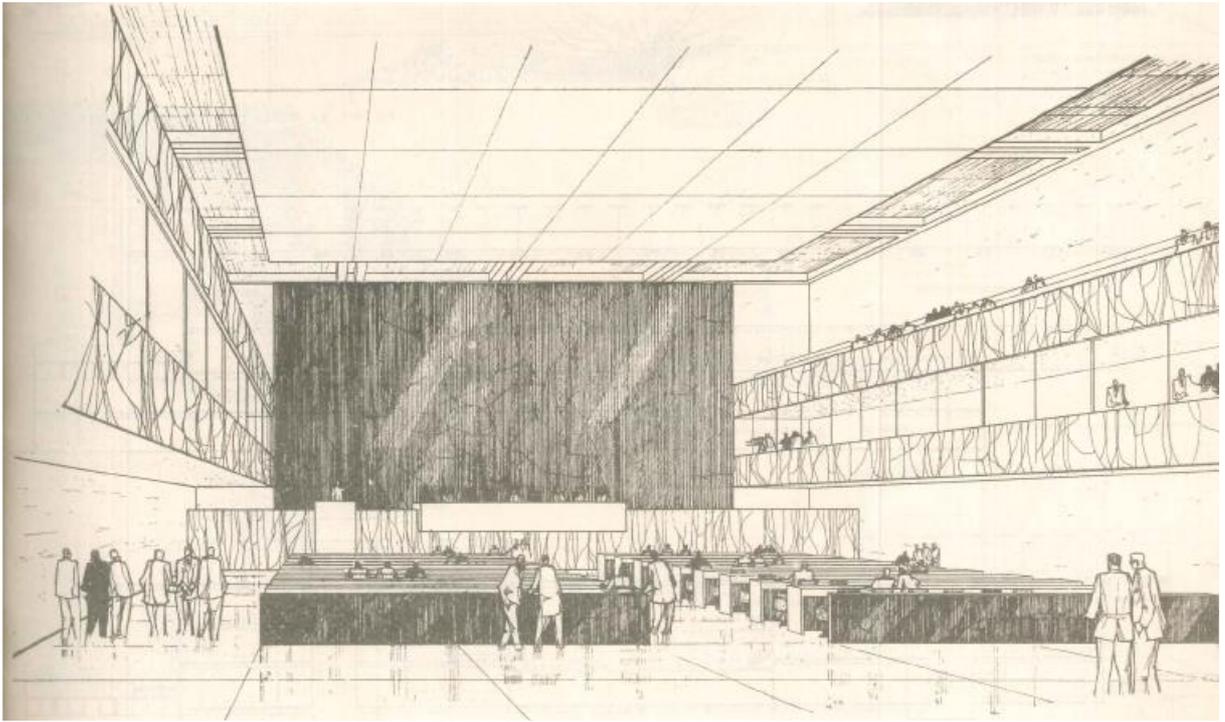


Figura 17: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto vencedor.
Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman
Fonte: *Arquitetura e Engenharia*, n.67, 1964, s.p.



Figura 18: Vista aérea da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Fonte: vejadecima.com

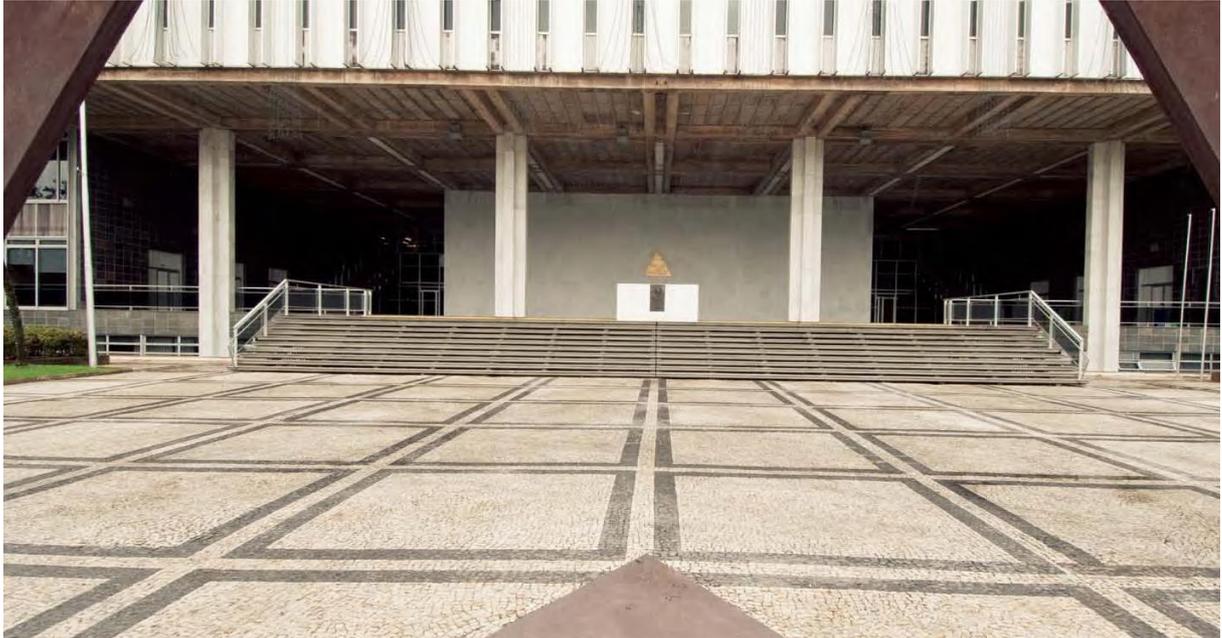


Figura 19: Foto: detalhe do Palácio da Inconfidência. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Fonte: Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

DINÂMICAS DO JOGO E CAPITAL SIMBÓLICO

O olhar retrospectivo sobre os eventos que resultaram no edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nos permite reflexões que vão além do objeto específico, em especial sobre os concursos enquanto instrumentos públicos de contratação e as dinâmicas no campo da Arquitetura. Nesta análise propomos interpretar os eventos à luz das “dinâmicas do jogo”, trazendo para o campo da Arquitetura a visão do sociólogo Jean-Pierre Bourdieu sobre as disputas por “capital simbólico” no “campo” cultural. Conforme sugere Stevens (2003, p.70):

Por vezes, Bourdieu compara a vida a um jogo ou a um conjunto de jogos em que estamos envolvidos, os quais aprendemos a jogar pela observação e pela participação e não pela leitura de um manual de regras. (STEVENS, 2003, p.70)

Bourdieu define “campo” como a arena em que ocorrem as disputas culturais. O campo (de batalha e de força) seria um “espaço social no qual se joga um jogo”:

Falar em jogo não é banalizar ou depreciar o campo, mas enfatizar certos aspectos de seu funcionamento. (...) Para os de fora o jogo pode parecer sem importância, porém aqueles que estão jogando também estão unidos por acreditarem no jogo e nas vantagens pelas quais ele é jogado. (...) Os jogadores não têm liberdade para jogar como queiram, e jogam de acordo com seu lugar no conjunto estruturado de posições e de acordo com os ditames de seu *habitus*. (STEVENS, 2003, p.92)

Para Bourdieu, as disputas por “capital simbólico” ocorrem em “campos” definidos por “posições” e “tomadas de posição” dos atores envolvidos. Sobre os “atores” (ou “jogadores”, em nossa analogia), não se trata apenas dos que produzem o bem de valor cultural (neste caso os arquitetos). O campo inclui todos os setores envolvidos, que no caso da Arquitetura

inclui arquitetos, professores, editores, clientes públicos e privados, construtores, engenheiros, usuários dos edifícios, etc. Segundo Bourdieu:

Quando falamos da tomada de posição em um campo, insistimos que o que pode ser constituído como um sistema (...) não é o produto de (...) um consenso objetivo (...) mas o produto de um conflito permanente. (...) O princípio generativo e unificador do sistema é a disputa, com todas as contradições decorrentes (de forma que a participação nas disputas (...) pode ser usada como um critério para estabelecer se determinado trabalho pertence ao campo de tomadas de posição e se seu autor pertence ao campo de posições). (BOURDIEU, 1994, p.34)

A ideia de disputa associada aos campos de produção cultural pode ser relacionada, neste caso, aos concursos de projeto, eventos que, por sua natureza, são uma expressão de promoção do capital simbólico no campo da Arquitetura e são espaços ao mesmo tempo de convergência e de confrontação. Conforme sugere Stevens, a partir de Bourdieu:

O concurso oferece um meio de aumentar o estoque de capital tanto de um arquiteto, individualmente, como do campo, como um todo (...), sem incorrer na despesa extravagante que representa a construção de edifícios.” (...) Nada revela mais a extrema importância do aspecto simbólico da arquitetura do que o fato de os desenhos de edifícios serem pelo menos tão importantes quanto os objetos que representam. Um projeto não executado possui virtualmente a mesma força simbólica que um edifício real (...). Os desenhos de concurso são praticamente os únicos produtos sobre os quais o arquiteto tem total controle.”. (BOURDIEU, 1994, p.34)

A dinâmica dos concursos varia conforme a perspectiva de observação: para quem promove, trata-se de um procedimento de contratação de serviços a partir da escolha de uma solução entre várias possibilidades apresentadas simultaneamente, e eventualmente como um meio de discussão e publicidade do empreendimento que se deseja construir. Para os que competem, além de uma oportunidade de contrato, trata-se de um importante meio de afirmação do capital simbólico dentro do próprio campo da Arquitetura. Nos concursos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais não estava em jogo apenas a escolha da melhor solução para uma sede institucional. Nesses eventos podemos observar uma série de situações e tomadas de posição que estão relacionadas ao que aqui denominamos “dinâmicas do jogo” do campo profissional, das quais as competições de projeto fazem parte: (1) interesses corporativos; (2) afirmação do capital simbólico e as disputas regionais; (3) disputas no campo editorial; (4) tomadas de posição sobre o projeto de Arquitetura.

Sobre os interesses corporativos: no artigo de Corona o concurso é abordado como um instrumento que deve atender aos interesses da profissão. Os danos causados pelo cancelamento do concurso são abordados pelo autor segundo a ótica do prejuízo à profissão, como sugere o título de seu artigo: “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto” (CORONA, 1962). A mesma ênfase não é dada pelo autor ao prejuízo causado ao interesse público. O artigo de Sylvio de Vasconcellos (1962), membro do júri do primeiro concurso, também ressalta os interesses da profissão e critica o concurso. Enfim, apesar dos concursos estarem presentes nas pautas da profissão desde a fundação do Instituto de Arquitetos do Brasil (em 1921), percebe-se que quando tais instrumentos desviam do interesse corporativo passam a ser combatidos e relativizados (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017).

Sobre o concurso como afirmação do capital simbólico e as disputas regionais: vale observar, por exemplo, que a publicação dos projetos selecionados de São Paulo na *Acrópole*, mesmo (e principalmente) diante do cancelamento do concurso, não foi apenas uma tomada de posição contra a decisão do júri, mas uma maneira de afirmar e agregar valor ao trabalho desenvolvido pelos arquitetos (particularmente os paulistas, no caso da *Acrópole*) cujos trabalhos haviam sido descartados. A publicação dos projetos paulistas “rejeitados”, acompanhada de artigo crítico do principal articulista da revista é uma tomada de posição de defesa dos interesses profissionais e regionais, como se deduz da crítica irônica inserida por Corona em seu artigo, de que os arquitetos “não estiveram à altura da “civilização mineira” !” (CORONA, 1962, p.216).

Sobre as disputas no campo editorial: É importante ressaltar que as revistas de Arquitetura, em especial naquele período de consolidação da profissão, não devem ser vistas como veículos neutros ou imparciais. É da natureza de tais veículos a tomada de posição, que em alguns casos era implícita, por meio das omissões ou escolhas editoriais ou era enfática, no caso dos artigos críticos. Enquanto a *Acrópole*, que nasceu com perfil mais comercial e imobiliário, estava mais voltada aos interesses corporativos dos arquitetos paulistas, a *Habitat*, também de São Paulo (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017), optava por uma postura mais crítica, não necessariamente alinhada aos interesses dominantes do campo profissional. Enquanto a *Módulo*, do Rio de Janeiro, era a expressão editorial da “genialidade” de Oscar Niemeyer (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016), a revista *Arquitetura e Engenharia*, de Belo Horizonte, braço editorial do IAB-MG, que silenciou no primeiro concurso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, era uma das poucas que buscava superar as divergências regionais e tentava aproximar dois campos que na ocasião já se distanciavam: dos arquitetos e dos engenheiros. A revista *Habitat*, menos interessada nas questões corporativas regionais, não publicou os projetos paulistas selecionados. Optou, como contraponto, por abrir espaço para o selecionado do Rio Grande do Sul, dos arquitetos Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva. A *Módulo*, por sua vez, ignorou os eventos (Brasília e as obras de Niemeyer eram as principais pautas da revista). É importante ressaltar que a *Acrópole* e a *Habitat* representavam dois universos que apesar de ocuparem o mesmo espaço geográfico (São Paulo), tinham propostas editoriais bem distintas. Lina Bo Bardi, fundadora da *Habitat*, não fazia parte do círculo de arquitetos que frequentava o IAB-SP ou a FAU/USP (teve inclusive sua candidatura à docência na FAU rejeitada) e sua revista tinha como editor de Arquitetura o jornalista Geraldo Ferraz, crítico dos recorrentes privilégios recebidos por Oscar Niemeyer e defensor incondicional dos concursos de Arquitetura (FERRAZ, 1956). Enquanto isso, o principal articulista da *Acrópole* (por muito tempo o braço editorial do IAB-SP) era Eduardo Corona, que sempre teve boas relações com o meio profissional local, que relativizava a necessidade dos concursos e que tinha grande proximidade com Oscar Niemeyer. Enfim, a decisão editorial de publicar ou não um projeto, ou de destacar uma ou outra visão, era uma expressão natural dos interesses em disputa no campo profissional e a necessidade de afirmação do capital simbólico de cada grupo e as revistas de Arquitetura tiveram papel determinante nesse cenário.

Sobre as tomadas de posição nos projetos de Arquitetura: é importante ressaltar que se trata de um cenário pós-Brasília, que significou um “ponto de mutação” na Arquitetura Brasileira (SEGAWA, 1998). O período é marcado por reflexões e críticas que resultam na diversidade de estratégias projetuais, sejam como variações ou negações do moderno canônico. O primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais é um exemplo da diversidade

de estratégias projetuais do período: as leituras sobre “monumentalidade” e “espaço cívico” foram diferentes (e em alguns casos opostas) em cada projeto apresentado; alguns projetos defenderam um discurso de horizontalidade e a plena ocupação do espaço como meio de afirmação e diálogo com o entorno e outros buscaram na verticalidade e no vazio circundante um meio de destaque à instituição legislativa no contexto urbano. Os concursos permitiram desvendar a diversidade de posturas vigentes naquele momento, todas em torno de um mesmo conceito: o espaço cívico. Vimos nos diversos projetos (tanto nas sínteses gráficas quanto discursivas) que para o mesmo problema foram apontados – com o mesmo nível de certeza e convicção por cada equipe – diversos caminhos possíveis de composição: blocos horizontais compactos; torres pousadas sobre plataformas e volumes menores; conjuntos de pórticos horizontais sobre volumes prismáticos; volumes icônicos de formas irregulares e sinuosas... Enfim, os concursos revelaram a diversidade de abordagens possíveis e latentes. Enquanto no primeiro concurso todas as possibilidades foram descartadas pelos “juízes”, no segundo uma foi escolhida e construída. Na visão do júri, “uma estrutura simples e franca”.

O concurso enquanto instrumento, enfim, revela a Arquitetura como síntese de possibilidades e debates, ao contrário da Arquitetura como expressão da genialidade, mais associada ao individualismo e à certeza; o concurso põe em evidência a crítica e a diversidade por meio da comparação; ao contrário da expressão do “gênio”, que tende a ser promovida como *hors concours*, inquestionável e incomparável.

O projeto vencedor do segundo concurso e finalmente construído expressa uma visão não-monumental da arquitetura, uma proposta marcada por sobriedade e certa introspecção, contrária à ideia de espaço cívico monumental e icônico de Brasília, recém-inaugurada naquela ocasião. O edifício construído não se destaca na paisagem pela plasticidade, como criação ímpar ou expressão de genialidade. Retomando o que afirmou o júri, “um resultado plástico com ausência de elementos alheios à própria expressão construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa”.

Os autores do projeto seguiram uma carreira discreta, talvez a mesma discrição do edifício, que não está presente nos principais registros da historiografia da Arquitetura Brasileira. Os debates gerados em torno dos dois concursos talvez tenham mais destaque e notoriedade que o projeto materializado.

O conjunto edificado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais resiste, discretamente, como patrimônio preservado no município de Belo Horizonte, testemunha de um período de transição e de confrontações.

REFERÊNCIAS:

- ACRÓPOLE. "Atualidades". **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962. s.p.
- ACRÓPOLE. "Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projetos Seleccionados". **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962. pp. 217-230.
- ACRÓPOLE. "Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais". **Acrópole**. São Paulo: N.298, Agosto de 1963. pp. 281-291.
- ARQUITETURA E ENGENHARIA. "Assembleia Legislativa de Minas Gerais". **Arquitetura e Engenharia**. Belo Horizonte: N. 67, 1964.
- BAHIA, Denise. A arquitetura, o modernismo e a síntese das artes no Palácio da Inconfidência: os bens móveis e os integrados como patrimônio histórico-cultural. . In: [ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS]. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. pp.21-25.
- BOURDIEU, Jean-Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.
- CORONA, Eduardo. "Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto". **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962. pp.215-216.
- DULCI, Otávio. Breves considerações sobre a trajetória do Legislativo mineiro. In: [ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS]. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012.pp.15-19.
- FERRAZ, Geraldo. "Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura". **Habitat**. São Paulo: N.26, 1956. pp.23-25.
- FICHER, Sylvia, SOBREIRA, Fabiano e LEDES, Bárbara. **Concursos em revista: contrapontos entre Acrópole e Habitat, 1950 a 1965**. In: X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. Anais... Uberlândia, 2017.
- IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. Regulamento Nacional de Concursos de Arquitetura e Urbanismo. 145ª Reunião do Conselho Superior do IAB, Fortaleza, 2014.
- PEREIRA, Miguel.; SILVA, J.. Sobre os concursos públicos de Arquitetura. **Habitat**. São Paulo, N. 70, Dezembro de 1962. pp.4-9.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SOBREIRA, Fabiano. e RIBEIRO, Paulo. **O lugar dos concursos na propaganda da Arquitetura Moderna Brasileira: registros e análises das revistas Acrópole e Módulo entre 1955 e 1965**. In: XI SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. Anais... Recife, 2016.
- STEVENS, Garry. **O Círculo Privilegiado: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Brasília: Editora UnB, 2003.
- VASCONCELLOS, Sylvio. Carta resposta ao artigo Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. **Acrópole**. São Paulo, N. 287, Outubro de 1962. p. 344 .